



PARÁ Industrial

SETEMBRO DE 2015 • ANO 7 • EDIÇÃO 31

A ORDEM É SE REINVENTAR

**PARA SOBREVIVER À CRISE, INDÚSTRIAS
BUSCAM ESTRATÉGIAS QUE SE DESTACAM
PELA CRIATIVIDADE, PELA GESTÃO EFICIENTE
DE RECURSOS E PELA ATENÇÃO PARA
NOVAS POSSIBILIDADES DE NEGÓCIOS**

Centro multimídia para o trabalhador da indústria

O **SISTEMA FIEPA** INAUGURA A SUA MAIS NOVA UNIDADE NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA, QUE CONTA COM UM ESPAÇO DE MAIS DE 170M². A **INICIATIVA DO SESI PARÁ** TEM PARCERIA COM O **SENAI PARÁ** E **SEBRAE PARÁ** NA REALIZAÇÃO DE CURSOS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA - PRESENCIAL E A DISTÂNCIA E CURSOS TÉCNICOS PARA O TRABALHADOR DA INDÚSTRIA E SEUS DEPENDENTES, ALÉM DE ORIENTAÇÕES PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.

FAÇA-NOS UMA VISITA E CONHEÇA MAIS SOBRE AS SOLUÇÕES QUE TEMOS PARA LHE OFERECER.

Sistema FIEPA Bragança

Rua 13 de maio, 684 - Bairro: Centro
Esquina da trav. Vigário da Mota



42

A promessa da verticalização com incentivos fiscais

46

Pará ganha Fórum Permanente de Educação Profissional

48

IEL e Sebrae ofertam qualificação para microempreendedores



Roberto Ribeiro

24

SOLUÇÕES PARA A CRISE

Empresas paraenses e com unidades instaladas na região mostram como mantêm o fôlego e sobrevivem às instabilidades do mercado

14

Pará desponta como estado promissor ao mercado de alimentos orgânicos. Mas o setor precisa resolver gargalos

18

Falta mão de obra qualificada para atender a demanda e o crescimento do setor de fruticultura no Pará

22

Na estreia da seção "Fiepa História", um dos pioneiros da federação recorda os grandes momentos da indústria

30

Prédios com menor impacto ambiental mostram avanços em um nicho em desenvolvimento na construção civil

38

Fiepa expande convênios e firma acordos internacionais para fomentar segmento industrial paraense

SEÇÕES

- ↳ **Editorial**
Pág. 5
- ↳ **Radar da Indústria**
Pág. 6
- ↳ **Direitos e Deveres**
Pág. 32
- ↳ **Vida Corporativa**
Pág. 32

ARTIGO

- ↳ **Nilson Azevedo**
Pág. 17
- ↳ **Luiz Pinto**
Pág. 35



AO FOMENTAR A CADEIA DE MICRO E PEQUENOS FORNECEDORES LOCAIS, A LEI GERAL INCREMENTA A ECONOMIA DESSES MUNICÍPIOS E, A CADA ANO, CONTRIBUI PARA O AUMENTO EM ESCALA DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL".

ENTREVISTA com Roberto Bellucci, gerente da unidade de Desenvolvimento Territorial e de Políticas Públicas do Sebrae-Pará **Pág. 10**

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PARÁ - SISTEMA FIEPA QUADRIÊNIO 2014/2018

PRESIDENTE

José Conrado Azevedo Santos

VICE-PRESIDENTES

Sidney Jorge Rosa • 1º Vice-Presidente
 Gualter Parente Leitão • 2º Vice-Presidente
 Manoel Pereira dos Santos Júnior
 Nilson Monteiro de Azevedo
 Roberto Kataoka Oyama
 Hélio de Moura Melo Filho
 José Maria da Costa Mendonça
 Luiz Otávio Rei Monteiro
 Juarez de Paula Simões
 Marcos Marcelino de Oliveira
 Carlos Jorge da Silva Lima

SECRETÁRIOS

Elias Gomes Pedrosa Neto • 1º Secretário
 Antonio Djalma Souza Vasconcelos • 2º Secretário

TESOUREIROS

Ivanildo Pereira de Pontes • 1º Tesoureiro
 Roberto Rodrigues Lima • 2º Tesoureiro

DIRETORIA DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PARÁ - SISTEMA FIEPA QUADRIÊNIO 2014/2018

Antonio Pereira da Silva
 Pedro Flávio Costa Azevedo
 Rita de Cássia Arêas dos Santos
 Cezar Paulo Remor
 Antonio Emil dos Santos L. C. Macedo
 Solange Maria Alves Mota Santos
 André Luiz Ferreira Fontes
 Raimundo Gonçalves Barbosa
 Frederico Vendramini Nunes Oliveira
 Darci Dalberto Uliana
 Fernando Bruno Barbosa
 Neudo Tavares
 Armando José Romanguera Burle
 Paulo Afonso Costa
 Nelson Kataoka

CONSELHO FISCAL

Efetivos:
 Fernando de Souza Flexa Ribeiro
 Luizinho Bartolomeu de Macedo
 Lísio dos Santos Capela

Suplentes:

José Duarte de Almeida Santos
 João Batista Correa Filho
 Mário César Lombardi

DELEGADOS

Efetivo junto à CNI:
 José Conrado Azevedo Santos
 Sydnei Jorge Rosa

Suplentes junto à CNI:

Gualter Parente Leitão
 Manoel Pereira dos Santos Júnior

SUPERINTENDENTE REGIONAL DO SESI

José Olímpio Bastos

DIRETOR REGIONAL DO SENAI

Gerson dos Santos Peres

DIRETOR REGIONAL DO IEL

Gualter Parente Leitão

CHEFE DE GABINETE DA FIEPA

Fabio Contente Biolcati Rodrigues



SETEMBRO DE 2015

ANO 7 • EDIÇÃO 31

temple
COMUNICAÇÃO

PRODUÇÃO

Travessa Benjamin Constant, nº 1416
 Bairro Nazaré | Cep: 66035-060
www.temple.com.br
temple@temple.com.br

REDAÇÃO

Coordenação: Solange Campos
Edição: Yorranna Oliveira
Textos: Adriana Ferreira, Fernando Alencar, Fernando Gomes, Jobson Marinho, Jones Santos e Valéria Barros
Foto de capa: Roberto Ribeiro
Produção fotográfica: Valéria Barros
Projeto gráfico: Calazans Souza
Tratamento de imagem e diagramação: Antônio Machado e Márcio Alvarenga
Revisão de texto: Cintia Correa
Revisão de conteúdo: Ivanildo Pontes

PUBLICIDADE

Temple Comunicação
temple@temple.com.br
 (91) 3205-6504
Impressão: Marques Editora
Tiragem: 15.000 exemplares

* As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento da Fiepa.



FALE COM A PARÁ INDUSTRIAL

www.fiepa.org.br

Assessoria de Comunicação do Sistema Fiepa
 Travessa Quintino Bocaiuva, nº 1588, 7º andar.
 CEP: 66035-190. Belém (PA). (91) 4009-4815 / 4816 / 4817
 Comentários e sugestões de pauta: ascom@fiepa.org.br

facebook
 Curta
 /sistemaFiepa

twitter
 Siga o nosso perfil
 @sistemaFIEPA

flickr
www.flickr.com/photos/sistemafiepaweb



FOMENTO PARA INDÚSTRIA E PARA INTERNALIZAÇÃO DAS COMPRAS NO PARÁ

JOSÉ CONRADO SANTOS

PRESIDENTE DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ - SISTEMA FIEPA



Com o objetivo de incentivar as compras internas no estado do Pará, o Sistema Fiepa lançou, no mês de junho, a campanha “Compro no Pará Lucrou”. A iniciativa está sendo amplamente veiculada em jornais, TVs e rádios e nos canais de comunicação de empresas, entidades empresariais e instituições públicas, que também se engajaram no propósito de incrementar o desenvolvimento da indústria, do comércio e da produção agropecuária com unidades no Pará, gerando benefícios econômicos e sociais para quem vive na região.

A campanha traz o slogan “Compro no Pará Lucrou. Unindo quem produz e quem compra, sem sair do Pará” e mostra que um dos caminhos para garantir uma economia mais forte está na remodelagem da dinâmica das compras em nosso estado. Anúncios para jornais, vídeo comercial, jingle para rádios e peças publicitárias para mídias digitais integram as ações de divulgação. A expectativa é reforçar o potencial dos fornecedores locais e fortalecer a sinergia entre eles e deles com as grandes compradoras do Pará, contribuindo para que produtores, industriais e comerciantes, pequenos e grandes empreendedores, façam bons negócios e ajudem a construir uma rede de fornecedores sólida e sustentável, fortalecendo nossas cadeias produtivas.

Há 15 anos, o Sistema Fiepa colabora para sedimentar as bases de uma economia de compras locais

por meio da Redes, que desenvolve um amplo trabalho de gestão, capacitações e consultorias com a proposta de aprimorar tecnicamente e assegurar a presença de fornecedores locais nas compras dos pequenos, médios e grandes projetos presentes na região.

Quando a iniciativa começou, no ano 2000, apenas 19% das compras de grandes indústrias mantenedoras da iniciativa Redes/Fiepa eram feitas junto a fornecedores locais. Em 2014, o número foi ampliado para 58%, garantindo aumento de 205% no volume de compras de grandes projetos industriais no estado.

A campanha “Compro no Pará Lucrou” foi lançada pelo Sistema Fiepa para aumentar mais ainda estes números. Outra iniciativa nesse caminho é o “Movimento Compre do Pequeno Negócio”, lançado em todo o Brasil no dia 5 de agosto pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e que propõe estimular a sociedade a consumir produtos e serviços fornecidos por micro e pequenas empresas.

Precisamos dar maior visibilidade ao potencial dos pequenos aos grandes empreendedores locais e estimular esta rede para estabelecer novas parcerias comerciais, contribuindo com o desenvolvimento econômico sustentável da região. Esperamos que este primeiro passo fortaleça o engajamento das entidades empresariais e da sociedade civil nesta causa. ➡



RADAR DA INDÚSTRIA

VERÃO TV LIBERAL E SESI LEVARAM ESPORTE E LAZER ÀS PRAIAS

Os veranistas que foram a algumas das principais praias do Estado puderam participar de uma programação especial.

A ação Verão TV Liberal e Sesi levou às praias de Outeiro, Mosqueiro, Bragança e Salinas atividades físicas e esportivas para dar ainda mais lazer e diversão para crianças e jovens durante as férias escolares. Quem estava na praia se divertiu com Futebol de areia; Basquete de praia; Manbol; Peteca; Jogos Eletrônicos de movimento (X-Box); Pintura de Rosto; Pintura livre; Pebolim; Cama elástica; Frescobol; Jogos de salão, além de circuito de exercícios funcionais. No total, foram realizados mais de 8 mil atendimentos nas atividades lúdico-recreativas.



AULA PRÁTICA

No início de agosto, alunos do curso de Pintor de Obras concluíram a pintura das instalações da Orvam (Organização dos Ribeirinhos Vítimas de Acidente de Motor). O serviço incluiu fachada, grades, portão, área interna e externa do prédio. Foi a primeira vez que o Centro de Desenvolvimento da Amazônia (Cedam), do Senai PA, realizou as aulas práticas do curso fora da escola. A Orvam promove a recuperação da autoestima, combate ao preconceito e promoção ao mercado de trabalho para mulheres que sofreram escarpelamento, acidente em que as vítimas têm os cabelos arrancados pelo eixo de motores descobertos de pequenas embarcações.





MESTRADO

Alunos egressos do Senai-Pará possuem altos índices de empregabilidade, são multiplicadores do ensino adquirido dentro das empresas que atuam e contribuem para o crescimento socioeconômico em todos os setores produtivos. Esses foram alguns dos resultados apresentados na dissertação do Prof. MS., Antônio Djalma Vasconcelos, defendido na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Portugal, com o objetivo de analisar o ensino profissionalizante no Pará. O trabalho analisou três grandes empreendimentos em operação no estado e aponta que, em se tratando de educação profissional, o Senai é a instituição de maior credibilidade para as empresas, levando em consideração sua fácil adaptação às demandas da indústria e pelas práticas que simulam a realidade do mercado de trabalho. Ainda segundo a pesquisa, o aprendizado promovido por esta instituição transforma o comportamento social e profissional dos seus egressos.

VOCÊ É O PRIMEIRO INVESTIDOR DA SUA IDEIA

DEIXE O EDITAL SENAI SESI DE INOVAÇÃO SER O SEGUNDO.

Edital SENAI SESI de Inovação

EDITAL DE INOVAÇÃO TEM R\$ 40 MILHÕES PARA PROJETOS INDUSTRIAIS

Empresas de pequeno, médio e grande portes, que têm projetos tecnológicos ou de melhoria de qualidade de vida do trabalhador, podem se inscrever no Edital SENAI SESI de Inovação 2015. As inscrições seguem até 7 de dezembro. O edital encontra-se disponível no endereço www.portaldaindustria.com.br/senai/canal/sesi-senai-inovacao-home. O Instituto Senai de Inovação em Tecnologias Mineraias, vinculado ao SENAI Pará/Sistema FIEPA, conta com uma equipe especializada para auxiliar no desenvolvimento de propostas para submissão ao edital em Belém (PA). Mais informações podem ser obtidas pelos contatos: isi.mineral@senaipa.org.br ou (91) 3199-3001. Este ano, o edital disponibilizará R\$ 40 milhões para o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços que visem aumentar a produtividade e a competitividade das empresas brasileiras. Entre as novidades desta edição estão a inclusão de uma categoria exclusiva para *Startups* e a parceria com uma agência britânica de inovação para a realização bilateral de projetos.

RADAR DA INDÚSTRIA

SENAI BRASIL FASHION

Tiago Prado, estudante de moda do Senai Pará, representou a região Norte na segunda edição do Senai Brasil Fashion, evento que ocorreu no dia 13 de agosto, em São Paulo, e contou com profissionais considerados referências do mundo da moda. O paraense foi um dos nove participantes com projetos aprovados dentre quase 400 inscritos de todo o Brasil. A participação de Tiago teve a parceria do Departamento Regional do Senai-Pará e o apoio do IEL/PA, além de consultoria local com a coordenadora do Senai Moda Pará, Lilian Costa. A inspiração para a coleção de Tiago foi o poeta, desenhista e pintor paraense Ismael Nery e o resultado do trabalho foi apresentado durante um desfile para uma seleta plateia composta por estilistas, jornalistas e formadores de opinião do setor de moda. O Senai Brasil Fashion foi um evento paralelo ao WorldSkills, maior competição de educação profissional do mundo.



📍 O paraense Tiago Prado: destaque na competição de moda



BRAGANÇA GANHA UNIDADE DO SISTEMA FIEPA

Está localizada em Bragança a nova unidade do Sistema Fiepa. O centro multimídia iniciou suas atividades no final do mês de agosto e os seus 170 m² abriga espaço para cursos de Educação Continuada da Rede Sesi de Educação (presencial e a distância), cursos técnicos do Senai Pará, além de orientações para micro e pequenas empresas, por meio da parceria com o SEBRAE Pará. A unidade reforçará a elevação do nível educacional e a qualificação profissional dos trabalhadores de Bragança e dos municípios da região nordeste paraense.

DESTAQUE PARAENSE NO PRÊMIO CNI DE JORNALISMO

A TV Liberal venceu, no mês de julho, o Prêmio CNI de Jornalismo na categoria Regional Norte. A matéria destaca uma inovação na colheita do açaí – um equipamento que retira o cacho com os frutos sem precisar subir na árvore, agilizando o processo e diminuindo o desgaste físico. Na cerimônia do prêmio, que possui 13 categorias, a emissora foi representada por Amanda Pereira, editora-chefe do *É do Pará*, programa local onde foi veiculada a matéria. Ela e o diretor de Jornalismo da TV Liberal, Paulo Fernandes, comentam o desafio da pauta e a relevância de prêmios que valorizam o jornalismo no Brasil.

As distâncias e as dimensões da Amazônia sempre são desafios para quem faz jornalismo e comunicação na região. Fale um pouco de como foi produzir a matéria?

A matéria foi produzida em Abaetetuba, cidade do interior do Pará, a 53 quilômetros da capital paraense. O município tem se mostrado um celeiro de descobertas na área da pesquisa e é por isso que começamos a voltar nossos olhares para as inovações locais. Desde a descoberta do assunto, até a execução da pauta em si, levamos um mês de trabalho. A gravação foi feita em um dia de viagem pela equipe externa, sendo que levamos duas horas até o destino final. Após as gravações, levamos mais duas semanas na edição da reportagem até a exibição.

O que motivou a equipe a mostrar o equipamento originariamente paraense em rede nacional?

Está na nossa rotina buscar assuntos diferentes, inusitados, como as pesquisas. Nossa ideia ao exibirmos a reportagem foi

apostar em algo inovador, nunca visto pelo público paraense. Uma descoberta que tinha tudo a ver com a realidade local do consumo do açaí. A novidade trouxe uma alternativa para facilitar e modernizar o trabalho do apanhador de açaí, que antes dependia exclusivamente da peconha, técnica manual que exige esforço físico. Na nossa opinião, ao darmos espaço para que a reportagem fosse exibida em rede nacional, contribuiríamos para mostrarmos os avanços na colheita de açaí, que serviria de referência para a região Norte e que facilmente poderia ser multiplicado no cenário da indústria nacional. Quando uma reportagem se torna pública, ajudamos com que pesquisadores e empresas de diferentes regiões do país conheçam e apliquem, de acordo com suas realidades, aquilo que foi divulgado.

Como você avalia a importância do Prêmio CNI de Jornalismo e de outros prêmios semelhantes?

É um reconhecimento ao jornalismo e a todos os profissionais que fazem parte desse universo? Paulo Fernandes: O Prêmio CNI de Jornalismo é uma motivação a mais para os nossos profissionais. É o resultado de um bom trabalho. Não é fácil ser reconhecido em nosso meio. São tantos assuntos, tantas reportagens feitas por nós diariamente, uma briga grande pela audiência. E o Prêmio CNI, assim como outros prêmios, vem destacar o que de melhor temos feito para o nosso público. É um incentivo à qualidade do nosso produto, que é levar informação com precisão aos nossos telespectadores. Um incentivo para que cada vez mais façamos melhor o nosso trabalho.

Ter ganhado um prêmio nacional incentiva outros profissionais a também produzirem conteúdos com mais qualidade para também concorrerem a outras premiações?

Na própria TV Liberal já há um interesse maior por participar de prêmios? Paulo Fernandes: Com certeza. Depois de termos recebido o Prêmio CNI de Jornalismo, já foram inscritas mais duas reportagens em outros dois concursos, que têm tudo para serem reconhecidas também, assim como foi pela CNI. Damos todo apoio aos profissionais para participar desses concursos. Por sermos afiliada de uma rede de TV nacional, como é a TV Globo, muitas de nossas reportagens já se destacaram nos telejornais da rede, mas a participação em concursos como esse, da CNI, tem uma relevância muito grande, pois as reportagens são observadas criteriosamente por um público seletivo e diferenciado, o que dá uma importância ainda maior para a conquista. 📺

📍 *Amanda Pereira, editora-chefe do É do Pará, da TV Liberal*



MAIS APOIO AOS MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS

A contribuição dos pequenos empreendimentos para movimentar a economia brasileira não é novidade. Responsáveis por gerar emprego e distribuir renda, eles contam com uma legislação específica para fortalecer o setor e reduzir a informalidade desse modelo de negócios. Trata-se da Lei Geral, também conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que foi instituída pela Lei Complementar Federal 123/2006 para regulamentar o disposto na Constituição, que prevê o tratamento favorecido, simplificado e diferenciado para o segmento com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e a competitividade.

No Pará, 101 municípios regulamentaram e 48 já implementaram a lei. O Sebrae-PA está acompanhando os trabalhos que visam estender a lei para as 144 cidades paraenses, incluindo Belém, que ainda está na fase de minuta de proposta de regulamentação da legislação. O Gerente da Unidade de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas do Sebrae-PA, Roberto Bellucci, formado em Direito, com especializações em Administração, Marketing e Políticas Públicas, detalha na entrevista a seguir como a lei está sendo regulamentada e implementada e os benefícios econômicos que está trazendo para os municípios paraenses.



Como está o percentual de adesão no Brasil e no Pará?

O Brasil conta com 99% das micro e pequenas empresas do Brasil. Um percentual de mais de 75% dos municípios que já regulamentaram e há mais de 2.000 municípios com a Lei Geral implementada no Brasil. O Pará conta com um número expressivo de 97,3% micro e pequenas empresas em operação. Dos 144 municípios paraenses, 101 já regulamentaram a lei e 48 a implementaram. Belém está entre as cidades que ainda não regulamentaram.

Por que a maioria dos municípios paraenses ainda não aderiu à Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas?

É uma questão ainda de desconhecimento dos benefícios da lei e de formalização, já que a maioria aplica alguns eixos da lei, como é o caso de priorizar as compras locais junto às micro e pequenas empresas em contratos que envolvam valores de até R\$ 80 mil.

Quais os benefícios de implantar esta legislação para as micro e pequenas empresas e para os municípios?

Entre os eixos que facilitam a operacionalização das empresas e trazem benefícios para os municípios, incrementando a economia local e gerando aumento escalonado da arrecadação municipal, estão: Inovação, Desburocratização, Associativismo/Cooperativismo, Acesso à Justiça, Tributação e Acesso a Mercados (Compras Governamentais). Neste último eixo da lei, considerando o valor de R\$ 80 mil, os entes públicos são obrigados a comprar das micro e pequenas empresas. Recentemente, também foi alterado um artigo que indica que o gestor pode prevalecer a compra local da micro e pequena empresa, considerando a rapidez, controle e segurança na entrega.

De que forma o Sebrae fomenta e acompanha este processo de adesão e implantação?

O papel do Sebrae é sensibilizar, informar, capacitar e acompanhar o processo. Atualmente, capacita as comissões de licitação do estado e de algumas prefeituras do Pará para eles conhecerem como podem comprar da micro e pequena empresa. Também capacita o empresário para participar de licitações e vender para o governo. Deverá capacitar os tribunais de conta para acompanhar os processos e também qualificar os Agentes de Desenvolvimento Municipal, que são os profissionais das prefeituras designados para intermediarem o relacionamento entre as micro e pequenas empresas e os gestores públicos municipais. Participa ainda do grupo de trabalho da plataforma nacional da REDESIM (Simples Nacional), que integra todos os processos necessários à formalização de micro e pequenas empresas.



O PAPEL DO SEBRAE É SENSIBILIZAR, INFORMAR, CAPACITAR E ACOMPANHAR O PROCESSO. ATUALMENTE, CAPACITA AS COMISSÕES DE LICITAÇÃO DO ESTADO E DE ALGUMAS PREFEITURAS DO PARÁ PARA ELAS CONHECEREM COMO PODEM COMPRAR DA MICRO E PEQUENA EMPRESA. TAMBÉM CAPACITA O EMPRESÁRIO PARA PARTICIPAR DE LICITAÇÕES E VENDER PARA O GOVERNO.

Comente os resultados positivos dos municípios paraenses que já aderiram à lei?

Nova Ipixuna, Paragominas, Marabá, Juruti e Oriximiná estão entre os municípios que têm se destacado mais na aplicabilidade da lei, principalmente pelo aumento no volume de compras governamentais. Ao fomentar a cadeia de micro e pequenos fornecedores locais, a lei incrementa a economia destes municípios e, a cada ano, contribui para o aumento em escala da arrecadação municipal. Nova Ipixuna passou a comprar 90% das micros e pequenas empresas. É uma evolução que ativa o comércio e os serviços locais.

Como fica a arrecadação dos estados que já operam com a legislação?

Acompanhamos algumas experiências bem sucedidas de municípios que conseguiram números expressivos no desenvolvimento econômico local como é o caso de Osasco (SP), onde a prefeitura melhorou a prática tributária para os pequenos negócios. Foram criados incentivos fiscais e reduzido o ISS de 81 categorias de serviços. Em três anos, foram criados mais de 26 mil empregos e a arrecadação do município cresceu 80%. Em Petrópolis (RJ), num período de seis anos (2001-2007), o número de empresas cresceu de 6.450 para 18.340, uma evolução de 11.890 (84,33%). A arrecadação de tributos próprios também cresceu de R\$ 137 milhões para R\$ 350 milhões. Em Nova Ipixuna (PA), houve um aumento percentual das compras governamentais (78%) junto aos pequenos negócios e aumentou o número de formalização de Microempreendedores Individuais (MEI); no final de 2012 eram 79. Esse número cresceu para 103 em 2013. Outro ponto positivo foi o aumento de acesso ao crédito aos Microempreendedores Individuais.

Qual o status atual do processo de regulamentação da lei em Belém?

Está na fase de análise de minuta [texto não definitivo]. O governo do estado também já sinalizou interesse de encaminhar uma minuta para ampliar a regulamentação e ampliação da lei para os municípios paraenses que ainda não aderiram. O Sebrae está apoiando no desenvolvimento do conteúdo.

Quais os principais desafios para implementar plenamente a lei no Brasil?

Ampliar a divulgação e detalhar integralmente como funciona a lei na prática, destacando seus eixos e benefícios para os gestores, empresas e a sociedade. Em se tratando de uma lei complementar à Constituição, os tribunais de conta estão fiscalizando os municípios que ainda não regulamentaram nem implantaram a lei.




POR MEIO DA REDESIM[SIMPLES NACIONAL], EM FASE DE ESTUDOS JUNTO AO SUBCOMITÊ ESTADUAL, SERÁ REDUZIDO O TEMPO DE ABERTURA DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO ESTADO: A MÉDIA NACIONAL É DE 135 DIAS. COM A FERRAMENTA, O DESAFIO, NO PARÁ, PODERÁ PASSAR A 15 DIAS".

Quais as ferramentas de apoio à operacionalização da lei?

Uma das ferramentas de apoio à aplicabilidade da lei é a REDESIM, do eixo Desburocratização da Lei Geral, que integra e agiliza todos os processos necessários à formalização de micro e pequenas empresas e que envolve instituições como a Junta Comercial, o Sebrae, a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Urbanismo, a Secretaria da Fazenda, Bombeiros, entre outros órgãos de registro e licença. Por meio dessa ferramenta, que ainda está em fase de estudos junto ao subcomitê estadual e deve entrar plenamente em operação no próximo ano, será reduzido o tempo de abertura de micro e pequenas empresas no estado, a média nacional é de 135 dias. Com a metodologia da ferramenta, o desafio, para este prazo no Pará, poderá passar a 15 dias.

Há outras ferramentas, como o projeto Pará Crescer, de parceria do Sebrae com o estado, do eixo Compras Públicas, na capacitação das comissões de licitação do estado e de prefeituras, além da capacitação dos empresários.

O Sebrae mantém o Sistema de Monitoramento da Lei Geral, que pode ser acessado por qualquer pessoa, pela Internet, e que indica a condição dos municípios em relação à Implementação da Lei Geral.

A Rede de Agentes de Desenvolvimento é outra forma de apoio à aplicação da Lei Geral. Esses agentes são capacitados pelo Sebrae e geram conhecimento e boas práticas para os municípios, além de serem interlocutores das demandas das Micro e Pequenas Empresas (MPEs). O Prêmio Prefeito Empreendedor também apoia as boas práticas e projetos que beneficiam os pequenos negócios. O Sebrae premia os prefeitos com os melhores projetos em nível estadual e nacional. 



**NOVA IPIXUNA,
PARAGOMINAS,
MARABÁ, JURUTI
E ORIXIMINÁ TÊM
SE DESTACADO NA
APLICABILIDADE DA
LEI, PRINCIPALMENTE
PELO AUMENTO NO
VOLUME DE COMPRAS
GOVERNAMENTAIS".**



Alimentação natural ganha força no Pará

DEMANDA POR CONSUMO DE PRODUTOS MAIS SAUDÁVEIS MOSTRA O CRESCIMENTO DE UM MERCADO QUE APOSTA EM SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE

A busca de uma vida saudável é algo que faz parte do dia a dia de um número cada vez maior de pessoas, em todos os lugares. E quando se trata de cuidar da saúde, um tema não pode ficar de fora: a alimentação. Não é de hoje que as pessoas mais preocupadas com os alimentos que consomem têm optado por produtos encontrados originalmente na natureza, com menos interferências de agrotóxicos e outras químicas industriais.

Com isso, o setor econômico de produtos orgânicos e naturais tem ganhado destaque em todo o mundo. O Brasil e o Pará não ficam de fora desse cenário. “Acredito que o setor da alimentação tem a maior expectativa de crescimento, pois as pessoas começaram a perceber que comida muito processada pode resolver a falta de tempo, mas, em longo prazo, traz um prejuízo para saúde pelo excesso de química que se coloca nela”, avalia Joanna Martins, administradora da empresa paraense Manioca Brasil, que exporta produtos naturais típicos do Estado como o jambu e o tucupi. Para Martha Parry, chefe da Divisão de Polí-

tica, Produção e Desenvolvimento Agropecuário no Pará, do Ministério da Agricultura, e presidente da Comissão de Produção Orgânica do Pará, o diferencial competitivo dos produtos orgânicos e naturais no mercado são “sustentabilidade e qualidade”.

Além de procurar alimentos mais saudáveis, o consumidor escolhe também produtos mais saborosos, nutritivos e produzidos em sistemas mais equilibrados e sustentáveis, tanto economicamente quanto ambientalmente e socialmente. Ou seja, o consumidor também quer saber se o processo de produção daquele alimento não predá o meio ambiente, não contamina o solo, a água ou o ar.

“O sistema de produção orgânica utiliza técnicas de fertilização do solo sem produtos sintéticos e combate pragas causadas pelo desequilíbrio de forma menos agressiva ao meio ambiente. O consumidor busca qualidade de vida por meio de uma alimentação mais saudável e de um ambiente livre de poluição. O alimento orgânico vem de encontro a esse anseio do consumidor”, afirma Martha.

EM SUA MAIORIA, OS PRODUTORES DE ORGÂNICOS SÃO AGRICULTORES FAMILIARES QUE VENDEM SUA PRODUÇÃO EM FEIRAS DE PRODUTOS ORGÂNICOS. VÁRIOS ITENS AGROPECUÁRIOS ORGÂNICOS SÃO PRODUZIDOS NO ESTADO E MUITOS SÃO EXPORTADOS PARA OUTROS MERCADOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, COMO O CACAU, O ÓLEO DE PALMA, A LARANJA, O ABACAXI, A CASTANHA-DO-PARÁ, ESSÊNCIAS FLORESTAIS, COSMÉTICOS E ÓLEOS ESSENCIAIS.

É PRECISO RESOLVER OS GARGALOS

O potencial do Pará para desenvolver o setor de produção orgânica é enorme. Vários produtos naturais do extrativismo paraense, que já conquistaram outros mercados no Brasil e no exterior, como o açai e a castanha, poderiam ser certificados como orgânicos, mas a certificação onera o custo para o produtor, que tem que ser competitivo no cenário nacional, especialmente se levarmos em consideração as inúmeras restrições ambientais compulsórias a que o produtor está sujeito apenas por produzir na Amazônia. “Incentivar a compensação por essas restrições por meio de políticas públicas é algo que precisa ser mais bem trabalhado”, diz Martha Parry.

A atual crise econômica não tem afetado pontualmente o setor, mas as dificuldades encontradas pelos produtores de orgânicos são anteriores à crise e não estão ligadas a ela. Para os produtores paraenses comercializarem seus produtos em Belém, preci-

sam fazer um grande esforço. É necessário parar a produção, pois os próprios produtores também são os comercializadores de suas mercadorias. A logística é difícil e cara. Muitas vezes carregam sua produção via transporte público urbano comum.

Mas, para não dizer que só há dificuldades, os produtores do setor não dependem de insumos externos. Eles mesmos produzem os insumos que usam na fertilização do solo, o que demanda tempo e mão de obra - ainda assim eles precisam importar. “Antes de qualquer coisa, o Pará e o Brasil precisam entender que existe uma diferença colossal entre incentivar grandes e pequenas empresas”, aponta Joana Martins.

No caso dos alimentos naturais, é preciso levar em conta a produtividade pelo viés da qualidade dos produtos em vez da quantidade, normalmente utilizada para medir o sucesso dos investimentos e incentivos. “As entidades públicas precisam ouvir mais a sociedade empresarial e agir conforme a necessidade real e não o imaginário burocrático. ➡





279

**PRODUTORES ORGÂNICOS
EXISTEM NO PARÁ**

**ESSE NÚMERO EQUIVALE A 2,6%
DOS PRODUTORES ORGÂNICOS
CADASTRADOS NO MINISTÉRIO
DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO**

70%

**DESTES PRODUTORES
SÃO CERTIFICADOS
POR AUDITORIA DAS
CERTIFICADORAS
ECOCERT, IBD E IMO**

30%

**SÃO PRODUTORES FAMILIARES CADASTRADOS
ATRAVÉS DE ORGANIZAÇÕES DE CONTROLE
SOCIAL (OCS) E VENDEM DIRETAMENTE AO
CONSUMIDOR OU NO PNAE (PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR) E PAA
(PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS)**

**NO PARÁ, HÁ 5 OCSS (ORGANIZAÇÕES DE CONTROLE SOCIAL): UMA EM BELÉM,
3 EM SANTARÉM E UMA EM IRITUIA.**

CIDADANIA NUTRITIVA

O projeto Cidadania Nutritiva, do curso de Nutrição da Universidade Federal do Pará (UFPA), tem trabalhado com a valorização da produção e introdução de alimentos orgânicos na alimentação das pessoas. Como atividade do projeto, os alunos construíram uma pequena horta na própria UFPA, com plantação de morangos, pimentas, gengibre e outros produtos, feita sem a utilização de produtos químicos. Além da preocupação com o uso de químicos, os instrumentos utilizados na instalação da horta foram obtidos a partir da reutilização de garrafas PET, latinhas, baldes e outros materiais descartados pela Universidade.

A ideia é utilizar a horta como veículo de educação. Além da horta, o projeto também realiza oficinas culinárias nas quais apresenta ao público formas de introduzir os alimentos orgânicos no dia a dia das pessoas. ☑

📍 A empresa Manioca
Brasil exporta
produtos como jambu
e tucupi



TERCEIRIZAÇÃO AMPLIA E DIVERSIFICA OPORTUNIDADES PARA EMPRESAS E TRABALHADORES

NILSON AZEVEDO

PRESIDENTE DO CONSELHO DE RELAÇÕES DE TRABALHO DO SISTEMA FIEPA

Um dos temas atuais mais polêmicos nas discussões sobre relações de trabalho no Brasil é o projeto de lei N. 4.330-I/2004, que tramita há mais de uma década na Câmara dos Deputados e visa regulamentar os contratos de Terceirização. A Câmara concluiu a votação do Projeto, no dia 22 de abril de 2015, e o texto está em tramitação no Senado. A regulamentação da Terceirização de forma adequada é urgente e necessária, para permitir que a empresa escolha o que terceirizar de acordo com a sua estratégia de negócio e assegure os direitos dos trabalhadores, equilibrando os anseios de todos os envolvidos nessa relação de trabalho.

O Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa) acompanha e apoia os trabalhos da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que atuou intensamente para aprovar, na Câmara dos Deputados, o PL 4330/2004 (PLC 30/15). O setor industrial defende a regulamentação da Terceirização alinhada à proteção dos direitos do trabalhador e à segurança das empresas, destacando que deve ser permitida a Terceirização de qualquer atividade da empresa. Nesta dinâmica, as empresas trabalham umas para as outras. Algumas estão no início do processo produtivo, outras no meio e outras na ponta, fornecendo o produto ou o serviço para o consumidor. Com esse modelo de arranjo, as empresas otimizam tempo, economizam recursos em manutenção e garantem qualidade maior na entrega dos trabalhos.

Entre os ganhos para os trabalhadores com o novo texto está o tipo de responsabilidade da empresa contratante do serviço, determinando que ela será solidária em relação às obrigações trabalhistas e previdenciárias devidas pela contratada. Antes, o texto previa que a empresa contratada poderia ser solidária apenas se a contratante não fiscalizasse o recolhimento e o pagamento dessas obrigações. Com a responsabilidade solidária, a contratante poderá ser acionada na Justiça pelo recebimento dos direitos ao mesmo

tempo em que a contratada, garantindo maior segurança jurídica aos envolvidos.

O texto do projeto da Terceirização assegura ainda aos empregados da empresa contratada o acesso às mesmas condições oferecidas aos empregados da contratante quanto à alimentação oferecida em refeitórios; aos serviços de transporte; ao atendimento médico ou ambulatorial nas dependências; e ao treinamento adequado se a atividade exigir. A contratante terá ainda de garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos empregados da contratada enquanto estes estiverem a seu serviço em suas dependências ou em local por ela designado.

No contexto atual, em que as empresas brasileiras não conseguem manter ganhos de produtividade e têm grande dificuldade para exportar, a Terceirização é uma estratégia para remodelar estes negócios, viabilizando a competitividade em escalas local, nacional e internacional. ➡



REGULAMENTAÇÃO DE FORMA ADEQUADA É URGENTE, PARA PERMITIR QUE A EMPRESA ESCOLHA O QUE TERCEIRIZAR DE ACORDO COM SUA ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO E ASSEGURE OS DIREITOS DOS TRABALHADORES, EQUILIBRANDO OS ANSEIOS DE TODOS OS ENVOLVIDOS

Mercado em expansão

**CRESCIMENTO DO SETOR DE FRUTICULTURA
DEMANDA MÃO DE OBRA QUALIFICADA**

O paraense Sotero Ferreira é um daqueles apreciadores de uma boa fruta. Do café da manhã ao jantar, o alimento natural sempre o acompanha nas refeições, e, se tem a oportunidade, está sempre provando um fruto novo. “Eu sou fã de frutas pela diversidade, peculiaridades e essência de seus sabores. É um alimento que nos proporciona, ao mesmo tempo, saborear e cuidar da nossa saúde, já que elas trazem diversos benefícios para o bom funcionamento do corpo. A fruta é importante para a vida”, comenta Sotero. Para manter o “vício”, Sotero não tem muita dificuldade. Teve sorte, nasceu no Pará, estado que é o maior produtor de frutas da região amazônica.

Favorecido pelas boas condições de solo e clima, e pela riqueza e variedade de frutas, o Pará teve o processo de expansão da fruticultura iniciado principalmente a partir da se-

gunda metade dos anos 90. Hoje, o segmento já constitui a quarta atividade econômica mais importante do Estado, ficando atrás apenas da mineração, madeira e pecuária. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 a área cultivada para as principais frutas atingiu, aproximadamente, 251 mil hectares. Pouco quando comparado à expansão da demanda de mercado.

Estima-se que 15% da produção de polpa de frutas seja exportada internacionalmente e 85% nacionalmente, sendo que desse último 15% atende à demanda regional e 70% a dos demais estados. Apesar da proporção pequena para a produção destinada ao mercado internacional, o cenário aponta crescimento. No período de 2000 a 2010, as exportações paraenses em volume aumentaram cerca de 241%.

INDUSTRIALIZAÇÃO

As atividades de produção e beneficiamento envolvem um leque de nove tipos de frutas tropicais (regionais e exóticas), sobressaindo, dentre as regionais, o açaí e o cupuaçu e, entre as exóticas, o abacaxi, o maracujá e a laranja. A produção de frutas regionais caracteriza-se ainda como de cunho extrativista, mas o avanço do processo de industrialização tem determinado a evolução de plantios racionais. As áreas de produção frutífera são predominantemente de pequeno e médio portes e estão concentradas na Região Metropolitana de Belém e no Nordeste Paraense, oferecendo uma variedade de produtos como polpas, concentrados, sucos, xaropes, licores, geleias, sorvetes e iogurtes.

Apesar do potencial, o setor vem se preocupando com a escassez de mão de obra qualificada para trabalhar no processo produtivo. Para Ben-Hur Borges, diretor-presidente da Amazonfrut, indústria de exploração do açaí em atividade no Pará desde 1983, a mudança de costumes tradicionais é um dos principais fatores

para essa diminuição de trabalhadores especializados. “O crescimento da demanda pelos nossos frutos está indo de encontro com a necessidade que temos de mão de obra qualificada. E isso vai desde a produção extrativista, porque os jovens de hoje não estão mais interessados nesse tipo de trabalho, até a fábrica, que carece de pessoas que saibam manipular o processo com competência”, considera Borges.

Quem também reclama dessa realidade é Ademir Venturin, diretor-presidente da Cooperativa Agroindustrial da Transamazônica (Coopatrans), que mantém a indústria de chocolate CacauWay, produtora de chocolates diversos, bombons com recheios variados, achocolatados, geleia, licor, entre outros itens. A fábrica, em Medicilândia (PA), em funcionamento desde 2010, atualmente produz 80 Kg de chocolate por dia. No total, a indústria conta com dez funcionários no processo de operação e possui lojas na própria Medicilândia, em Uruará, Placas, Brasil Novo, Altamira, Marabá, Cuiabá (MT) e, em breve, abrirá nova frente em Belém. ☐

241%

**AUMENTO DA EXPORTAÇÃO
DE 2000 A 2010**

15%

**PRODUÇÃO DE POLPAS DE
FRUTAS PARA O EXTERIOR**

85%

**PRODUÇÃO DE
POLPA CONSUMIDA
NACIONALMENTE**

Fonte: IBGE





Fotos: Roberto Ribeiro

Sotero Ferreira: prazer à mesa com variedade de frutas

A expansão da CacauWay contradiz com a disponibilidade de pessoas qualificadas para atuar na fábrica e nas próximas que ainda devem surgir no estado, especialmente para trabalhar com as novas tecnologias de produção, necessárias para o setor. “Nossa região é a maior produtora de cacau do Brasil e com grande potencial para expandir, o que acredito que deve acontecer. Com a expansão, cresce também a demanda por pessoas preparadas para atuarem nas várias áreas do setor. Estamos sempre qualificando nosso quadro de profissionais, mas a busca no mercado deve ampliar e estamos sempre precisando de pessoas que estejam preparadas para atuar”, comenta Venturin.

Os números de produção do setor de fruticultura do Pará estão em constante crescimento, mas a preocupação com a capacitação de manipuladores, desde o processo extrativista até a operação das máquinas, persiste entre os filiados do Sindicato das Indústrias de Frutas e Derivados do Estado do Pará (Sindfrutas). “Hoje trabalhamos com 20 empresas filiadas e, tanto para quem já está no mercado há muitos anos como os que estão começando, sentem a falta desse profissional. É uma demanda que surge, obviamente, com o potencial que o estado do Pará tem no ramo de polpa, sucos, sorvetes, entre outros, que deve expandir ainda mais nos próximos anos”, destaca Solange Mota, presidente do Sindfrutas.

“Com a expansão, cresce também a demanda por pessoas preparadas para atuarem nas várias áreas do setor. Estamos sempre qualificando nosso quadro de profissionais, mas a busca no mercado deve ampliar e estamos sempre precisando de pessoas que estejam preparadas para atuar.”

ADEMIR VENTURIN, DIRETOR-PRESIDENTE DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DA TRANSAMAZÔNICA (COOPATRANS), QUE MANTÉM A INDÚSTRIA DE CHOCOLATE CACAUWAY

“O crescimento da demanda pelos nossos frutos está indo de encontro com a necessidade que temos de mão de obra qualificada. E isso vai desde a produção extrativista, porque os jovens de hoje não estão mais interessados nesse tipo de trabalho, até a fábrica, que carece de pessoas que saibam manipular o processo com competência.”

BEN-HUR BORGES, DIRETOR-PRESIDENTE DA AMAZONFRUT



UNIDADE MÓVEL DO SENAI CAPACITARÁ MÃO DE OBRA PARA O SETOR

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Pará (Senai/PA) desenvolve uma das iniciativas para contribuir com a formação de mão de obra para o setor de fruticultura. Com a criação de Unidade Móvel de Processamento de Frutas, a instituição oferece uma escola itinerante que percorrerá diversas regiões do estado. A unidade levará qualificação a empresas e pessoas de comunidades para trabalharem profissionalmente nos diversos processos produtivos, sobretudo com as frutas regionais.

O laboratório simula o ambiente das indústrias de frutas e orienta os alunos desde o recebimento da matéria-prima até o processo de embalagem, armazenamento e distribuição. A qualificação também ensinará técnicas de pasteurização e branqueamento do açaí, um procedimento importante para evitar que a Doença de Chagas seja transmitida durante o consumo do principal produto paraense. “Nosso objetivo é fortalecer o setor com uma proposta inovadora de produção, valorizando os produtos da terra como o cupuaçu, o bacuri, a castanha e o açaí, que são destaques no Brasil e no mundo.

O investimento é estratégico, reconhecendo a importância que a fruticultura tem para o Pará, inclusive na geração de emprego e renda”, destaca Gerson Peres, diretor regional do Senai.

Além de ser uma grande iniciativa para a indústria, a capacitação vai ajudar quem trabalha de forma caseira. “Pretendemos também alcançar os pequenos produtores, pois a grande maioria não sabe como aproveitar as frutas que cultivam. Nós queremos mostrar que é possível, por exemplo, pegar as sobras para fazer geleias, compotas e muitas outras coisas para aumentarem a renda familiar”, afirma a engenheira de Alimentos e instrutora do Senai, Tayná Veiga. Os cursos, com carga horária de até 160 horas, são voltados tanto para quem quer iniciar a profissão na área quanto para aqueles que já atuam e querem se especializar, beneficiando todos



os empreendimentos. As primeiras três turmas, que somam 60 alunos, estão recebendo qualificação em Castanhal, nordeste paraense. “Acredito que precisamos unir forças para elevar a competitividade do nosso segmento, mas, apesar de termos a consciência de que muito ainda precisa ser feito, consideramos essa iniciativa estratégica do Senai um importante começo”, diz Ben-Hur Borges, diretor-presidente da Amazonfrut.

Atento ao setor de frutas do Pará, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no estado (Sebrae - PA) apoia a iniciativa do Senai e incentiva a qualificação para desenvolver o segmento da fruticultura paraense. “Somos parceiros do Senai, porque acreditamos que, com pessoas capacitadas, vamos poder selecionar melhor nossa produção e aumentar a qualidade dos nossos produtos finais. Hoje perdemos em competitividade para outros estados, o que é até constrangedor pelo potencial que nós temos. Precisamos juntar esforços para mudar esse cenário e qualificar mão de obra é um desses passos”, acredita Hugo Suenaga, diretor técnico do Sebrae Pará.

A unidade móvel de processamento de frutas é a mais nova das 22 escolas itinerantes do Senai. Além do segmento de frutas, a instituição percorre as regiões de maior escassez de escolas técnicas e mão de obra qualificada levando cursos nas áreas de confecção, panificação, soldagem, eletroeletrônica, informática, automação industrial, mecânica e construção civil. Mais de dois mil profissionais já foram no primeiro semestre desse ano. ◀



FIIPA HISTÓRIA

ENTUSIASTA PELO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA PARAENSE

A PARTIR DESTA EDIÇÃO, A PARÁ INDUSTRIAL RESGATA A TRAJETÓRIA DO SISTEMA FIIPA POR MEIO DE RELATOS DE QUEM AJUDOU A CONSTRUIR A HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO.



◉ Joaquim Rodrigues Porto recorda os principais momentos da Federação para o desenvolvimento da indústria paraense

A Federação defendeu grandes desafios nas áreas de infraestrutura, trabalhou pelo incremento dos incentivos e pelo fortalecimento dos sindicatos, que cresceram mais com a presença das indústrias incentivadas e de maior porte”.

Com um olhar experiente e analítico, o engenheiro civil Joaquim Rodrigues Porto, iniciou sua trajetória, ainda acadêmico, na equipe de engenharia no Departamento de Força e Luz da Prefeitura Municipal de Belém em 1953. Nos anos 60, integrou a equipe de engenharia da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), atual Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). No final dessa década, passou a integrar a equipe de assessoria técnica do Sistema Fiepa.

As experiências de Porto na SPVEA como integrante da Comissão de Construção da Belém-Brasília e representante do Pará na Comissão de Planejamento dessa instituição, nos governos Jarbas Passarinho e Alacid Nunes, contribuíram para ele ser convidado a compor a assessoria técnica da Federação, onde contribuiu para o desenvolvimento de infraestrutura e da implantação de projetos industriais de interesse do Pará no final dos anos 60.

O engenheiro civil também foi membro do Conselho Regional do Serviço Social da Indústria (Sesi). Hoje, aos 85 anos, por questões de saúde, afastou-se da rotina do trabalho, mas continua acompanhando as movimentações do setor, onde contabiliza experiências que contribuíram para a Federação manter-se como instituição referência para a indústria paraense.

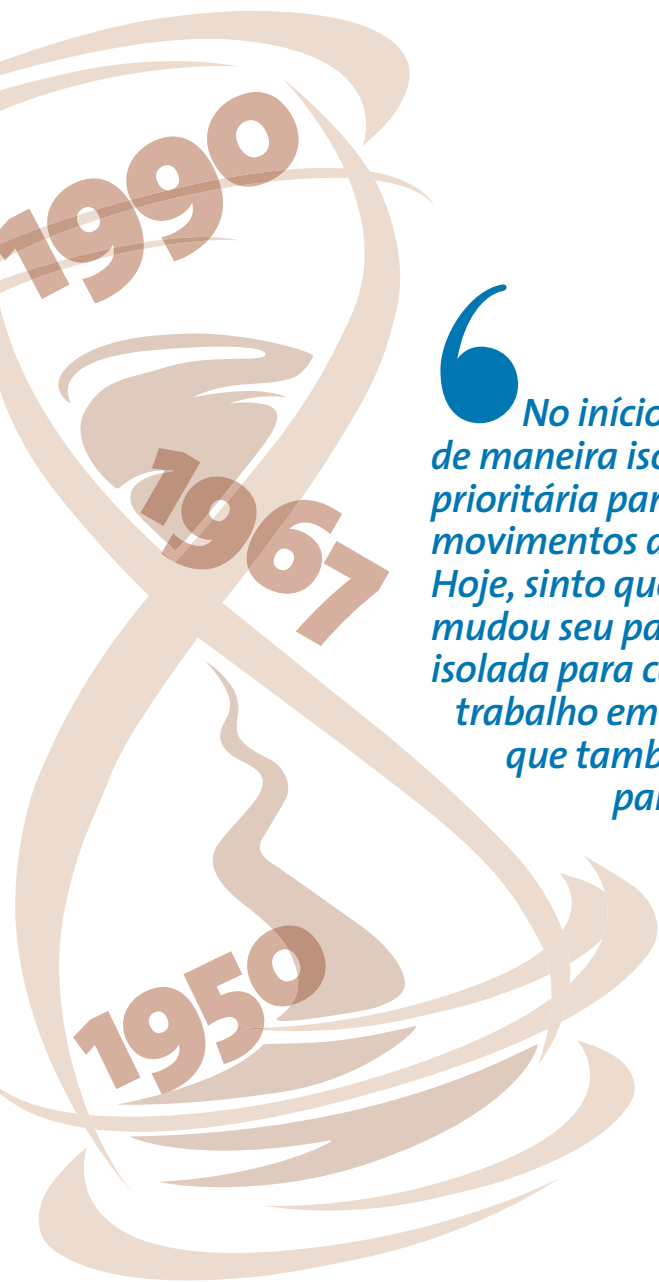
Pós-graduado em Engenharia Legal, Construção e Pavimentação de Estradas de Rodagem, Porto co-

nheceu o Sistema Fiepa no ano de 1967 depois de participar de um curso sobre Montagem e Análise de Projetos Industriais. A convite de Gabriel Hermes, primeiro presidente da Federação, começou a trabalhar na elaboração de perfis da indústria do Pará.

O assessor técnico analisa o primeiro momento de efervescência do setor no estado e destaca os principais momentos e feitos de quem empreendeu na região. “Dos anos 30 aos 50, o Pará teve forte vocação empreendedora espontânea e diversificada, onde se destacaram centenas de indústrias de pequeno e médio portes nas áreas de couro, têxtil de aniagem, madeira, ferragem, movelaria artesanal, bebidas (guaraná e cerveja), alimento (panificação e confeitaria), cosméticos, usina de beneficiamento de castanha, cerâmica, sapatos e cigarros”.

O engenheiro lembra ainda de gente pioneira nos mais diferentes ramos da indústria paraense. Gente que fez história com ousadia e determinação. “Nessa época [anos 30 aos 50], podemos destacar também a indústria de pneus do empreendedor Simão Miguel Bitar, eternizado pela Medalha do Mérito Industrial por sua trajetória industrial, que inclui o pioneirismo em fabricar o primeiro pneu do Pará. Apesar do entusiasmo, faltaram mais condições para as indústrias deste ciclo crescerem. Poucas conseguiram renovar-se e manter o fôlego até hoje”.

O Sistema Fiepa trabalhou, a partir dos anos 60, para contribuir com a organização dos sindicatos e teve



“No início, trabalhávamos de maneira isolada como fonte prioritária para compreender os movimentos do setor industrial. Hoje, sinto que a Federação mudou seu papel de liderança isolada para catalisadora de um trabalho em rede com parceiros, que também contribuem para analisar e desenvolver as melhores alternativas para diversificar e verticalizar a indústria do estado”.

maior adesão das indústrias com o movimento dos incentivos fiscais.

“Entre as ações de impacto em 1967, podemos citar, em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a realização de missões empresariais de investidores e empreendedores da nossa região e de outros estados brasileiros nas duas edições da Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia, realizadas a bordo do Navio Rosa da Fonseca: uma ocorreu em Manaus e Belém e outra em Santarém, e contribuíram para via-

bilizar novos projetos industriais para o estado”, relata.

Porto analisa também o momento de efervescência da fase de indústrias a partir dos anos 60. “Nesse período, dezenas de indústrias de maior porte foram implantadas nas áreas de mineração, cerâmica, laminados, perfilados, siderurgia, aglomerados, tintas, papel, tubos de plástico e carnes. Apesar dos fomentos, boa parte delas não avançou pela falta de experiência em estudar a concorrência e o mercado e pela ausência de

sensibilidade na leitura das questões ambientais e sociais”, avalia. Ele acompanhou as várias etapas de expansão dos serviços da Federação e ressalta o estratégico papel institucional do pioneiro Gabriel Hermes, que conquistou importantes parcerias e recursos para viabilizar projetos, serviços e a ampliação da infraestrutura do Sistema Fiepa. “Ele tinha uma grande habilidade para atrair e captar investimentos, que contribuíram para o crescimento da Federação, que passou a ser considerada como fonte prioritária para estudos e pesquisas sobre o setor industrial”.

O assessor fazia parte de um grupo de entusiastas e especialistas em áreas como engenharia, jurídica, econômica e social como Wilton Brito, Aldebaro Klautau, Adriano Veloso de Castro Menezes, Osvaldo Tuma, Irapuã Sales Filho, Edgar Medeiros, Ramiro Bentes, José do Egipto Soares Filho, José Maria Conduru, além da participação dos industriais Expedito Fernandez, Lisio Capela, Afonso Lima, Altair Vieira, Danilo Remor e José Conrado Santos, entre outros”. Eles trabalhavam com bastante fôlego para contribuir, por meio de consultorias técnicas, junto aos projetos que foram pensados e construídos para trazer um horizonte mais próspero para a indústria do Pará.

“Ao encerrar essa entrevista, desejo exaltar e prestar uma homenagem a empresários que contribuíram para tornar o Sistema Fiepa um extraordinário instrumento da indústria e da economia do Estado do Pará”.



QUESTÃO DE ESTRATÉGIA

PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS INTERNACIONAIS, ADOÇÃO DE NOVAS PARCEIRAS E FORMAS DE OPERAR. CONHEÇA OS EXEMPLOS DE EMPRESAS QUE SE REINVENTAM PARA DRIBLAR A CRISE



Na contramão da crise, as empresas paraenses preparam-se para atender as demandas dos investimentos previstos para o futuro próximo. Segundo dados do Pará Investimento, estudo lançado recentemente pela iniciativa Redes/Fiepa, grandes projetos industriais estão sendo atraídos para o território paraense e, até 2020, o estado receberá mais de R\$ 178 bilhões, um aumento de mais 32% em pouco mais de dois anos, já que em 2012 o cenário identificado sinalizava R\$ 130 bilhões para o mesmo período de acordo com o levantamento.

Para Adnan Demachki, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia, diante desse cenário, os investimentos precisam impulsionar o desenvolvimento e proporcionar mais qualidade de vida e melhores índices socioeconômicos no Pará. “É fundamental usar a massa crítica daqueles que representam as instituições e o governo para verticalizarmos a produção e agregar valor. E que as empresas paraenses, que desenvolvem grandes projetos, possam fazer suas compras com os fornecedores locais. É o jogo do ganha-ganha”, avalia.

Nesse contexto propício à realização de bons negócios, destacam-se os setores de infraestrutura e logística, que devem atrair mais de R\$ 66 bilhões, correspondentes a 37,4% dos investimentos; energia, com mais de R\$ 55 bilhões, responsável por 31,3% dos investimentos; e mineração, com mais de R\$ 49 bilhões, que corresponde a 27,8%.

INDÚSTRIA

Na Fábrica de Papel da Amazônia (Facepa), as medidas para driblar a inflação ajudaram a manter as equipes de trabalho e o preço dos produtos oferecidos aos consumidores. “Nós optamos por fortalecer o setor comercial, dando atenção especial para a fidelização e para a busca de novos clientes”, conta Antônio Georges Farah, diretor-presidente da Facepa.

Outro ponto fundamental para enfrentar os tempos difíceis, foi negociar com os fornecedores de matéria-prima. “Nós conversamos e explicamos que não pagamos nada além do que pagamos há dois meses. Quando recebemos uma recusa, saímos em busca de novos fornecedores, que possam nos atender com a mesma qualidade e preço menor”, lembra Farah.

Além dos benefícios fiscais, item importante para manter a indústria competitiva, os trabalhadores também são essenciais para o progresso dos negócios. “Na Facepa, eles fazem o dever de casa direitinho, diminuindo custos, evitando desperdício e se empenhando em aumentar a produtividade. Aproveitamos as reuniões com os gerentes e colaboradores para reforçar que estamos no mesmo barco. Se cada um fizer a sua parte, enfrentamos essa fase sem maiores prejuízos”, garante o empreendedor. ➡

Cenário nacional desfavorável, desafios dobrados. Em meio à crise econômica no Brasil e à alta competitividade das empresas que conseguem sobreviver no mercado, as corporações no Pará driblam as dificuldades, buscando no dia a dia serem mais criativas e inovadoras. Grandes ou pequenas, elas investem em pesquisa, profissionais qualificados, equipamentos modernos e se arriscam em novos mercados, aproveitando oportunidades de negócios dentro e fora do país.



CONSTRUÇÃO

Na área da Construção Civil, o Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará (Sinduscon-PA) tem buscado alternativas, atuando de forma mais efetiva junto aos órgãos governamentais para que o cronograma de pagamentos seja cumprido de acordo com os contratos. Com a crise financeira os repasses diminuíram causando, um descompasso nos pagamentos.

Para driblar a fase difícil, a estratégia tem sido trabalhar junto aos governos estadual e municipal na priorização da contratação de empresas locais individualmente ou em consórcios. De acordo com Couceiro, as construtoras procuram formar consórcios e sociedades em que diminuam riscos e aumentam o poder de investimento, seja em compra de equipamentos, compra de terrenos, lançamentos imobiliários ou participações em licitações.

Os resultados confirmam o sucesso. As compras por meio da cooperativa servem para regular o mercado por conta do seu volume e pela entrada de novos fornecedores que as empresas não teriam acesso se estivessem atuando sozinhas. “Agora, com novos contratos sendo fechados, vários contratos antigos estão sendo renegociados com condições mais proveitosas aos associados da

cooperativa”. Um exemplo foi a negociação para compra de cimento, onde tinham dois grandes players no Pará e o preço oscilava em torno de R\$ 28,70 a saca de 50 kg.

A COOPERCON negociou com uma nova fornecedora, de fora do Pará, a um preço de R\$ 23 a saca, registrando uma economia para as empresas paraenses.

“Com isso os fornecedores locais se adaptaram e hoje os preços variam em torno de R\$ 24. Ou seja, a cooperativa regulou o mercado, diminuindo os valores e gerando uma competição mais sadia, com resultados concretos para as 29 empresas associadas, que juntas geram um volume de 2800 ton/mês de compras de cimento”, orgulha-se Couceiro. E as ações continuam. Pelas previsões, até o final de agosto, a cooperativa conduzirá também a compra de aço, elevadores e argamassas industrializadas.

“Atuamos fortemente para a ativação da COOPERCON e estamos cobrando o cumprimento dos contratos e pagamentos em dia, desburocratizando os processos junto aos órgãos para agilizar o começo das obras e finalizá-las também. Todas essas ações já estão em prática”.

ANTONIO VALÉRIO COUCEIRO,
DIRETOR DE INDÚSTRIA IMOBILIÁRIA
DO SINDUSCON-PA E PRESIDENTE
DA COOPERCON-PA.



INFRAESTRUTURA

A empresa Cevital International do Brasil, tradicional importadora de *commodities* agrícolas do país, estrutura um plano de negócios que prevê investimentos iniciais de mais de US\$ 2 bilhões no processamento de grãos e na logística para o escoamento pelo Norte brasileiro. A expectativa é entrar em operação até 2020. As atenções do grupo se voltaram ao transporte fluvial e, naturalmente, à saída pelo Norte do país, que tem sido alvo das maiores apostas para destravar o escoamento da produção nacional de grãos do Centro-Oeste, ainda concentrado no eixo Sul-Sudeste.

A decisão de investir na infraestrutura no Pará deve-se à posição geográfica privilegiada em relação à situação hidrográfica formada pelos rios Tapajós e Amazonas. “Também sentimos no Governo do Pará um interesse muito grande em atrair e cooperar com investidores externos no estabelecimento de nossas operações no Estado. Entendemos que há uma boa base de recursos humanos disponíveis e um clima propício para negócios”, destaca Paulo Hegg, representante da Cevital no Brasil.

Como investimento inicial, a companhia argelina já adquiriu terrenos para construção dos terminais fluviais, um em Miritituba e outro em Santarém. A intenção é movimentar de 3 a 4 milhões de toneladas de grãos por ano. Em Miritituba, estão previstos US\$ 150 milhões em um terminal para transbordo de caminhões para barcas. Em Santarém, será absorvido um montante maior: US\$ 1,5 bilhão em uma agroindústria e um terminal fluvial-marítimo, para transporte transoceânico.

A Cevital espera estabelecer uma eficiente corrente de supri-



mento para transporte de cereais e instalações industriais para agregação de valores na implementação de agroindústrias e na criação de empregos. “Nossa intenção é atender ao mercado interno com esses produtos industrializados, além de criar condições mais competitivas para sua exportação para Argélia e África”, diz Paulo Hegg. ➡



Amazon Oil

“Essa experiência de poder mostrar os produtos da minha empresa aos potenciais parceiros comerciais, com certeza, foi uma forma inovadora e eficiente de fazer novos negócios”.

KLAUS EKKHARD, DIRETOR COMERCIAL DA AMAZON OIL SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA MAIOR FEIRA DE BELEZA DO ORIENTE MÉDIO

BELEZA

No setor de cosméticos, uma saída inteligente dos empresários paraenses tem sido participar de feiras internacionais, oportunidades que garantem contatos comerciais preciosos e o estudo de novos mercados a serem explorados para a venda dos produtos amazônicos.

“Durante a Beauty Middle East, maior feira de beleza do Oriente Médio e uma das mais importantes do mundo, eu pude apresentar óleos, manteigas, extratos e resinas da Amazônia e demonstrar seus potenciais em variadas aplicações”, conta Klaus Ekkehard, diretor comercial da Amazon Oil. A empresa foi uma das quatro paraenses, junto com a Chamma da Amazônia, Aromas da Amazônia e Artesanato Juruá que participaram, em maio deste ano, em Dubai, Emirados Árabes, da Missão Prospectiva Beauty World Middle East 2015.

A viagem para Dubai fez parte do Programa de Missões Empresariais Prospectivas desenvolvido pela Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN) e teve como objetivo propiciar às empresas brasileiras uma oportunidade de prospecção de novas tecnologias e parceiros internacionais, além de promover o compartilhamento de experiências inovadoras nos

seus respectivos setores de atuação. “A missão, articulada pelo Centro Internacional de Negócios com o respaldo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex/Brasil), possibilitou aos empresários detalharem as exigências de certificação, registro, alfândega e padrões sanitários necessários para comercializar produtos nos Emirados”, completa Raul Tavares, gerente do CIN/Fiepa.

De acordo com analistas da Euromonitor International, o Oriente Médio e a África ultrapassaram a América Latina e são considerados os mercados de maior crescimento para produtos de beleza. Essas praças movimentaram US\$ 25,7 bilhões em 2014, e devem crescer 4,8% até 2019, superando a média mundial de 2,6%.

Para Fátima Chamma, diretora executiva da empresa Chamma da Amazônia, a missão permite uma análise ampla de como conquistar esse novo mercado. “Além dos nichos de mercado que podem interessar a cada um dos empresários, a oportunidade é única para conhecer a cultura e o mercado local, perceber como se dá a comunicação com eles e onde podemos investir na adequação dos nossos produtos, para que sejam competitivos e lucrativos”, lembra a empresária. ↩



COMPROU NO PARÁ LUCROU

O Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), por meio da Iniciativa Redes - Inovação e Sustentabilidade Econômica, lançou a campanha 'Comprou no Pará, Lucrou', iniciativa que deve aquecer dos pequenos aos grandes negócios desenvolvidos no estado, contribuindo para incrementar a dinâmica das compras de fornecedores locais.

O objetivo da campanha é unir quem produz e quem compra, sem sair do Pará, com a expectativa de reforçar o potencial dos fornecedores locais e fortalecer a sinergia entre eles e deles com as grandes compradoras do Pará, contribuindo para que produtores, industriais e comerciantes façam bons negócios e ajudem a construir uma rede sustentável e permanente.

Trabalho de fomento a uma economia que privilegia as compras locais, o projeto teve partida há 15 anos quando, por meio de frentes como indicação, gestão, capacitações e consultorias, a REDES/FIEPA contribuiu para aprimorar tecnicamente e fortalecer a presença de fornecedores locais nas compras dos pequenos, médios e grandes projetos presentes na região. "Naquela época, apenas 19% das compras de grandes indústrias mantenedoras da Redes eram feitas junto a fornecedores locais quando a iniciativa começou no ano 2000. Quatorze anos depois (2014), esse número foi ampliado para 58%, um aumento de 205% no volume de compras de grandes projetos industriais instalados ou em implantação das mantenedoras da Redes", relata Marcel Souza, diretor executivo da REDES/FIEPA.

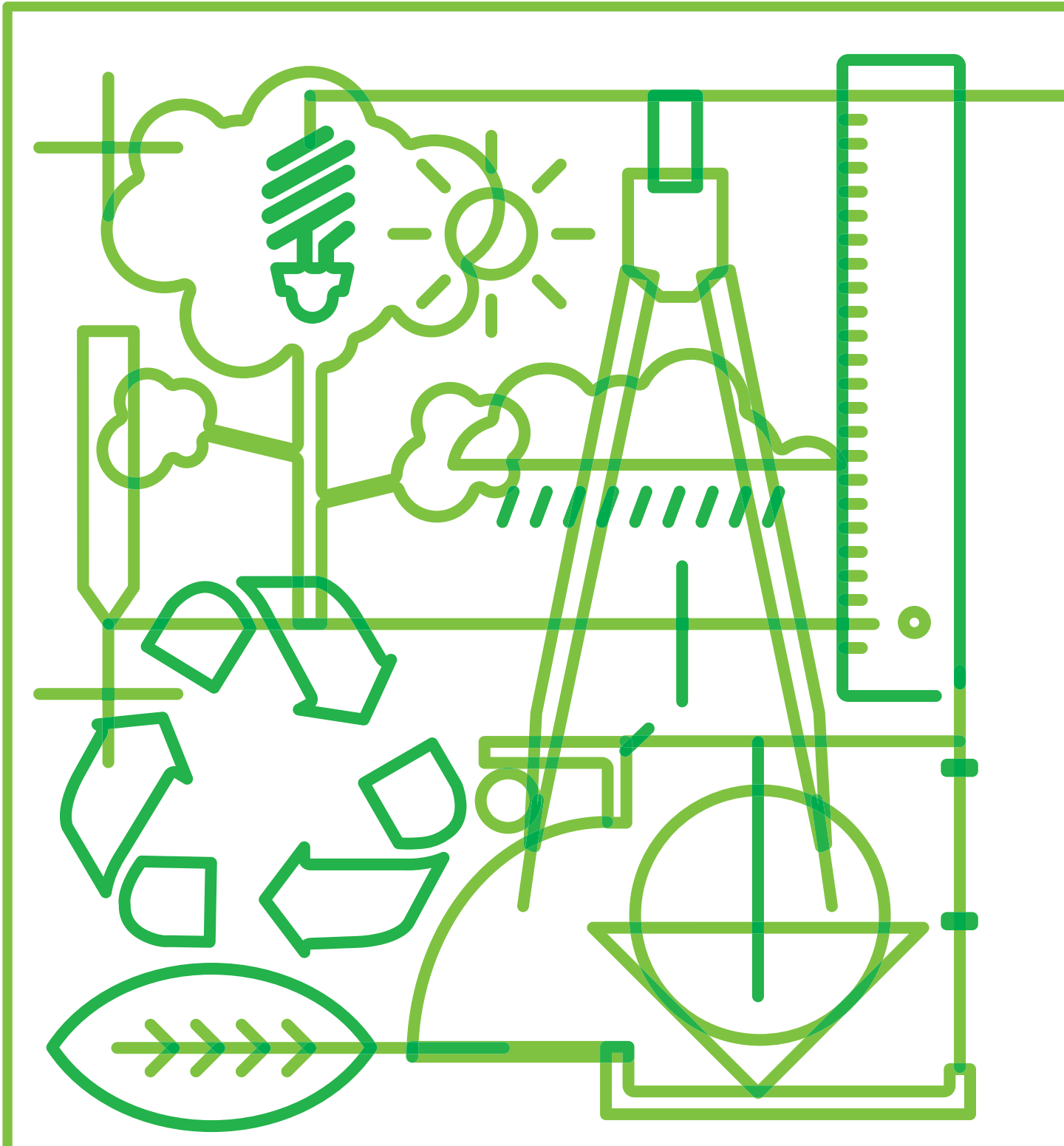
A campanha será veiculada em diversos municípios paraenses e em vários tipos de mídias. "É muito importante dar visibilidade ao potencial dos empreendedores locais e contribuir com o seu aprimoramento. Dessa forma, eles terão condições de fazer bons

negócios a partir de novas parcerias comerciais. Isso é colaborar com o desenvolvimento econômico, com o incremento da arrecadação de impostos e com a geração de mais empregos e renda na região", conclui José Conrado Santos.

MOVIMENTO - Iniciativa inédita no Brasil, o Movimento Compre do Pequeno Negócio, lançado em todo o Brasil, no dia 5 de agosto, pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), envolve várias ações que serão realizadas até o grande dia do movimento, 5 de outubro, data escolhida por se tratar do dia em que foi instituído o Estatuto da Micro e Pequena Empresa. Apostando na ideia de que comprando de pequenos negócios o cidadão contribui para que a economia se desenvolva, em especial no seu bairro e na sua cidade, o Sebrae lançou esse movimento para estimular a sociedade a consumir produtos e serviços fornecidos por micro e pequenas empresas (todas aquelas com faturamento de até R\$ 3,6 milhões ao ano), fortalecendo, dessa forma, a economia brasileira.

Em Belém (PA), o movimento foi lançado no dia 12 de agosto. Trata-se de uma ação de longo prazo, que não visa apenas aumentar as vendas. A expectativa dos organizadores é que comprar dos pequenos negócios passe a ser percebido pelos brasileiros não como mero consumo, mas como um ato de cidadania. "Há 42 anos o Sebrae prepara o empreendedor para melhorar a gestão das empresas, para que elas se tornem mais eficientes e atendam melhor os consumidores. Agora, é a primeira vez que fazemos um movimento para a sociedade, para que as pessoas percebam que ao comprar do pequeno, elas estão melhorando a sua cidade, gerando empregos e ajudando a economia", destaca o diretor-superintendente do Sebrae no Pará, Fabrizio Guaglianone.

No período de 21 a 26 de setembro, o Sebrae e instituições parceiras vão realizar uma semana de capacitação em todo o Brasil para preparar os empresários para o 5 de Outubro, com palestras, consultorias e orientações sobre controle de custos e atendimento ao cliente, por exemplo. No Pará, o Sebrae programa ação para a sede em Belém e para todos os 10 outros regionais em municípios polos, além dos espaços de revitalização comercial nos municípios de Capanema e São Miguel do Guamá. Haverá ainda campanhas na mídia, nas redes sociais com divulgação da hashtag #comprepequeno e a distribuição de kits gratuitos para que as pequenas empresas sejam facilmente identificadas pelos consumidores.



Construções verdes



Projetos econômicos e com uso responsável de recursos naturais têm impulsionado a criação de um novo nicho no mercado da Construção Civil: um movimento por construções verdes. O setor inova ao introduzir soluções que reduzem impactos ao meio ambiente como técnicas de reutilização de resíduos, uso de energia solar e adaptação e reaproveitamento de água da chuva.

Iniciativas sustentáveis ganham cada vez mais espaço nos projetos de novos empreendimentos e até em prédios já existentes, que se adaptam em nome de mais eficiência energética.

Um estudo realizado em 2013 pela organização não governamental *Green Building Council Brasil* (GBC Brasil), em parceria com a *Ernst & Young*

Global, confirma a evolução dos negócios sustentáveis no Brasil. De acordo com a pesquisa, edifícios verdes representavam 3% das construções comerciais submetidas à certificação. Em 2012, esse número foi superior a 9%.

A GBC Brasil é a entidade que certifica os empreendimentos para construções sustentáveis LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*). O Brasil ocupa a terceira posição dos países com maior número de empreendimentos certificados, perdendo apenas para os EUA e a China.

O Conselho Internacional da Construção (CIB) aponta o segmento de construção civil como o que mais consome recursos naturais e utiliza energia de forma intensiva, gerando consideráveis impactos ambientais. Soma-

-se a isso, a geração de resíduos sólidos, líquidos e gasosos. Para reduzir esses danos, a indústria tem optado por desenvolver projetos sustentáveis que levam em consideração a economia de água e energia elétrica, além da destinação correta dos resíduos gerados nos canteiros de obras.

“É grande o número de empresas que buscam um novo conceito na hora de construir um prédio. Elas querem gastar menos com a obra e que, após o início das atividades desse prédio, ele seja economicamente sustentável”, afirma a arquiteta e urbanista Thatiana Guimarães, consultora em Arquitetura Sustentável. Segundo ela, o alto custo da energia elétrica em todo o país e o destaque que a sustentabilidade tem recebido em todo o mundo tem influenciado a mudança. ➡

NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS CRESCEM NO BRASIL E APONTAM A EVOLUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS COM MENOR IMPACTO AMBIENTAL



❖ Escola do Serviço Social da Indústria em Ananindeua: Espaço construído com princípios de sustentabilidade

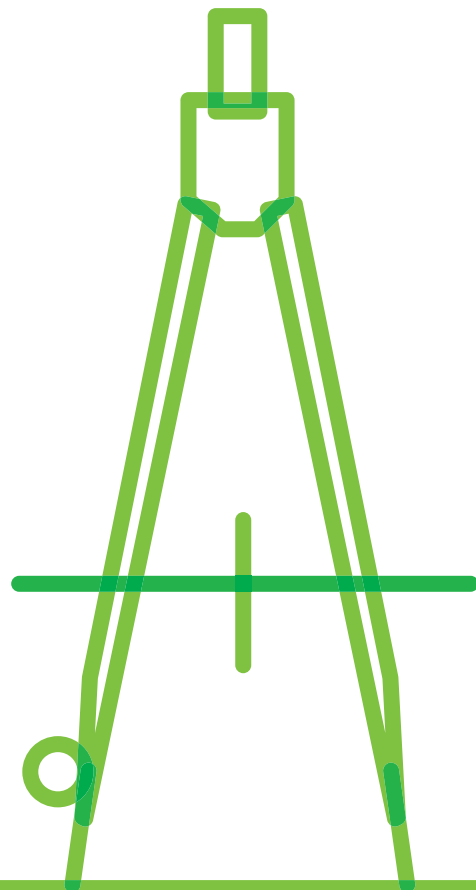
Na pesquisa realizada pela GBC Brasil e pela EY, o custo de construção de um edifício verde apresenta média de 1% a 7% mais alto do que uma construção tradicional. Mas o retorno sobre o investimento é de 9,9% maior para as construções novas e 19,2% para os edifícios já existentes. O investimento também pode reduzir despesas de condomínio em até 10% de um edifício de 50 a 60 anos, calculado com base na economia de água energia e custos operacionais como manutenção e renovação.

No Pará, já existem projetos que priorizam ações sustentáveis desde a concepção até o andamento da obra. Unidades do Serviço Social da Indústria (Sesi) em Belém e Ananindeua, construídas há pouco tempo, foram pensadas de forma inteligente e hoje geram economia e contribuem para a sustentabilidade do negócio. Entre as iniciativas implantadas pelo Sesi Pará, está o reaproveitamento de pneus para impermeabilização do solo, apli-

cação de telhas termoacústicas, utilização de lâmpadas LED, Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), captação de água da chuva que acumula cerca 86,6 m³ por mês. Na unidade Sesi Indústria Saudável, localizada na avenida João Paulo II, em Belém (PA), está instalada a primeira usina de microgeração de energia autorizada pela concessionária de energia Celpa.

QUALIFICAÇÃO

Com o crescimento de projetos sustentáveis aumenta também a demanda por profissionais qualificados para a tarefa. “As empresas já querem começar as obras de forma sustentável e não adaptar posteriormente suas práticas. Então, é um grande mercado que se abre para os mais diferentes profissionais como arquitetos, engenheiros, administradores, entre outros”, avalia Nelma Magalhães, professora de Arquitetura e Urbanismo.





Hoje, quem tem um prédio já construído busca melhorar o desempenho com mudanças na sua estrutura, na obtenção de luz natural, troca de lâmpadas tradicionais para da LED, entre outros itens. Mas é grande a procura pela formatação de projetos que contemplem uma construção nova e totalmente sustentável.”

THATIANA GUIMARÃES, CONSULTORA EM ARQUITETURA SUSTENTÁVEL

Nelma foi uma das organizadoras do primeiro curso de Energia Fotovoltaica, realizado no primeiro semestre de 2015 e que usou as dependências do Sesi Indústria Saudável para apresentar a usina de captação de energia solar. A turma foi formada por profissionais de vários municípios paraenses e de áreas como Engenharia Elétrica, Arquitetura, Direito e Administração. “É importante pensar que esse mercado tem vagas para diversas profissões, desde quem vai desenvolver o projeto, para quem vai acompanhar as obras até quem vai gerir o negócio”, comenta.

NOVA ESCOLA DO SESI PRIORIZA SUSTENTABILIDADE

A mais nova unidade do Sesi no estado foi planejada para ser um prédio sustentável. A Escola Sesi Ananindeua, localizada na avenida Claudio Sanders, priorizou áreas verdes, o acesso de pessoas com deficiências físicas, reaproveitamento de água, entre outros detalhes. Prevista para iniciar as atividades no ano letivo de 2016, a escola conta com um bloco pedagógico com 100% de acessibilidade em dois pavimentos, dez salas de aula, laboratórios de ciências, informática e robótica.

O prédio tem 4.800 m² construídos e, desde a concepção do projeto, seguiu conceitos de sustentabilidade. Avaliação do terreno e da paisagem do local, a preocupação com a especificação dos materiais de construção utilizados; tratamentos dos resíduos gerados tanto na obra quanto na escola pronta e a limpeza dos pneus dos caminhões usados durante a obra, evitando levar resíduos para fora do prédio, foram apenas alguns dos pontos que receberam atenção. Mas não é só – o prédio possui captação de água da chuva e aproveitamento do recurso, que se une à água acumulada pelos drenos do sistema de ar condicionado, processo que pode ser acompanhado visualmente pelos alunos por meio de uma plataforma transparente; Estação de Tratamento de Esgoto (ETE); e sistema fotovoltaico, que utiliza painéis de captação de energia solar para atender até 53% o consumo total de energia elétrica do prédio, quando estiver em pleno funcionamento. O

ginásio poliesportivo é coberto com telhas termoacústicas, que garantem maior conforto de temperatura, reduzindo em até 4 graus o clima, e som para as atividades físicas da instituição. No bloco de recreação, foi aplicado um teto verde, com uso de vegetação 100% regional e com pouco consumo de água.

Os alunos que acessarem a escola com bicicletas terão um bicicletário para guardar o veículo até o fim do turno de aula. A proposta é incentivar o uso de um meio de locomoção sem poluir o meio ambiente, além de promover atividade física regular.

A nova escola contemplará atendimento na educação básica, inclusive na modalidade Educação de Jovens e Adultos, ofertará Cursos de Educação Continuada, pautados no desenvolvimento das habilidades básicas dos trabalhadores, e ainda receberá turmas do curso Pré-Vestibular. “Pensamos uma escola que, além de ampliar a oferta da Educação para o Mundo do Trabalho, objetivando ganhar escala e qualidade no atendimento aos trabalhadores e dependentes do Sistema Indústria do Pará, pudesse dar outro tipo de orientação aos nossos alunos. Com toda essa estrutura, os estudantes levarão um aprendizado a mais para suas casas e familiares como o consumo consciente e responsável de recursos como água e energia elétrica”, completa José Olímpio Bastos, superintendente do Sesi-Pará. ➔



ORIENTAÇÕES

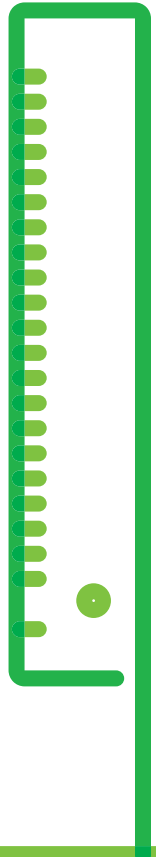
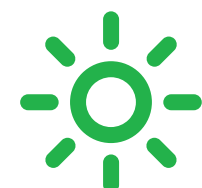
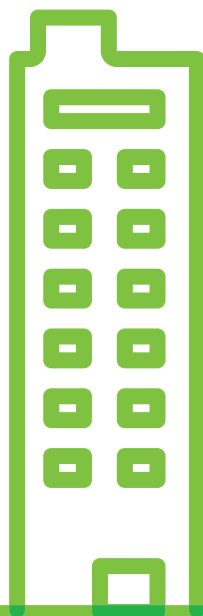
O Ministério do Meio Ambiente prevê orientações para o segmento. As construções devem ter seus projetos adequados ao clima regional, minimizando o consumo de energia e otimizando as condições de ventilação, iluminação e aquecimento naturais; inclusão de itens de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida ou, no mínimo, possibilidade de adaptação posterior; atenção para a orientação solar adequada, evitando-se a repetição do mesmo projeto em orientações diferentes; utilização de coberturas verdes, entre outras indicações.

VOCÊ SABIA?

O primeiro prédio comercial no Brasil que recebeu certificação de construção sustentável foi a agência do Banco Real em Cotia (SP) em 2007. Ele conquistou a LEED, um sistema de certificação e orientação ambiental internacional, usado em 143 países, que garante que um prédio é ambientalmente saudável.

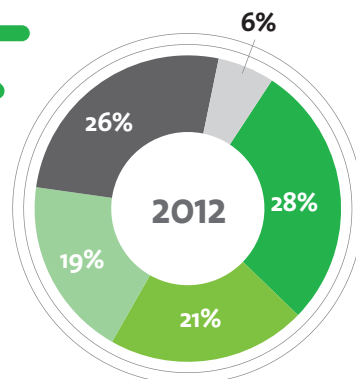
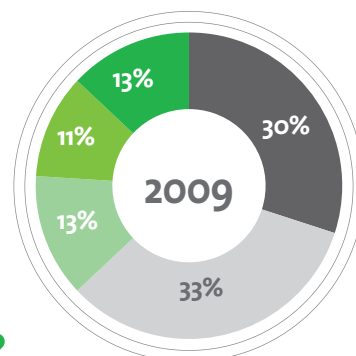
EDIFÍCIO VERDE

Green building é a edificação que procura minimizar o impacto ambiental durante sua construção e, principalmente, durante sua operação e que busca um ambiente saudável e produtivo para as pessoas que lá vão viver e trabalhar.



CRESCIMENTO

Os números de construções verdes pelo mundo ao longo dos anos



- 1% a 15% de Projetos Verdes
- Explorando (sem Projetos Verdes ainda)
- Mais de 60% de Projetos Verdes
- 31% a 60% de Projetos Verdes
- 16% a 30% de Projetos Verdes

Fonte: GBC Brasil



TRAZENDO PAZ PARA A AMAZÔNIA

LUIZ PINTO JUNIOR

ESPECIALISTA EM PAZ E DESENVOLVIMENTO
MESTRE EM POLÍTICAS PÚBLICAS
DUKE UNIVERSITY E UNIVERSITY OF NORTH CAROLINA

Não existe dúvida que a Amazônia Brasileira é uma das regiões mais ricas do mundo, no que diz respeito a recursos naturais. A região corresponde a 1/20 da superfície terrestre, cobrindo uma área de 5 milhões de km² e englobando nove estados brasileiros (61% do território nacional). Além disso, a Amazônia detém 20% da água pura do mundo e possui 1/3 do estoque genético do planeta juntamente com mais de 60.000 tipos de plantas, 2,5 milhões espécies de insetos e 300 de mamíferos. Sem falar de seus abundantes depósitos minerais, capacidade única para geração de energia hidráulica e maior conjunto de florestas contínuas do planeta^[1].

Em contraste com fartos recursos naturais, a Amazônia Brasileira é palco de sérios conflitos socioambientais. Na primeira metade do século XX, 80 populações indígenas desapareceram do Brasil, a grande parte da Amazônia^[2], apenas em 2013 foram registrados mais de 450 conflitos fundiários violentos^[3], entre 2002 e 2012 mais de 70 mil pessoas foram vítimas de homicídio na região^[4] e, desde a década de 60, várias comunidades locais foram impactadas pela construção de hidrelétricas que inundaram área superior a 6.000 km² e serão ainda mais impactadas pelas 23 hidrelétricas previstas que inundarão área superior a 9.000 km²^[5]. Diante dessa realidade tão contrastante é natural perguntar qual é causa do problema? Como uma região tão rica pode experimentar tantos conflitos? Qual é a solução?

Ao tentar responder esses questionamentos, verificou-se que grande parte dos conflitos existentes hoje estão ligados aos “ciclos de exploração” na Amazônia brasileira, liderados pelo poder central desde Marquês de Pombal até o neoliberalismo de Fernando Henrique Cardoso. Ao analisar esse amplo corte temporal numa região tão extensa, ficou claro que, desde a descoberta do Brasil, a Amazônia sempre serviu o resto do país. Contudo, o contrário nunca foi verdadeiro. A Amazônia tem sido tratada como

um “celeiro” repleto de recursos preciosos, que podem ser explorados sem justa compensação. O modelo de “desenvolvimento” da Amazônia sempre foi desenhado fora da região, atrás de portas fechadas, sem consultar atores locais e sem levar em consideração as particularidades regionais.

Os conflitos envolvendo grandes projetos ilustram bem essa dinâmica. Desde a década de 60, os grandes projetos foram trazidos para a Amazônia acompanhados de política fiscal específica, objetivando impulsionar exportações e fortalecer a balança de pagamentos nacional, o que foi ampliado na década de 70, durante a crise do petróleo, e mais recentemente, na década de 90, durante o neoliberalismo. Contudo, essa estratégia concentrou a economia da região em poucos setores, diminuiu a receita dos governos amazônicos e impossibilitou que os governos promovessem o desenvolvimento socioeconômico na região. Como consequência, as comunidades locais esperam que os grandes projetos cumpram o papel social do estado. Contudo, na prática, isso acontece até um determinado ponto. Então, quando as crescentes demandas tornam-se inexecutáveis, expectativas transformam-se em frustrações e os conflitos acontecem.

Possíveis soluções envolvem primeiramente esclarecer para as partes envolvidas nos conflitos que a causa do problema não está na Amazônia, mas, sim, fora dela. Eles precisam entender também que todos perdemos com conflitos, pois dissipamos grande quantidade de tempo e energia na tentativa de solucioná-los. Por último, é necessário que as partes interessadas (*stakeholders*) construam consenso sobre pontos de interesse comum, mobilizem-se de forma colaborativa em direção a um futuro sustentável e pacífico para a Amazônia Brasileira. ◀



[1] Casa Civil da Presidência da República. Plano Amazônia Sustentável (PAS). 2008. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/sca/_arquivos/plano_amazonia_sustentavel.pdf

[2] Azevedo, Marta. Povos Indígenas no Brasil. Quantos eram? Quantos são? Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quantos-sao/quantos-eram-quantos-serao>

[3] Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil. 2014. Disponível em <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>

[4] Flasco Brasil. Mapa da Violência. 2014. Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2014_jovens.php

[5] O Globo. Carvalho, Cleide. 2012. De 23 hidrelétricas planejadas, sete serão construídas em áreas intocadas. Web. Disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/de-23-novas-hidreletricas-planejadas-na-amazonia-sete-serao-construidas-em-areas-intocadas-6173007>

DIREITOS E DEVERES

EM TEMPOS DE CRISE, BANCO DE HORAS PODE AJUDAR EMPRESAS NA REDUÇÃO DE GASTOS E OTIMIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

O momento de crise exige das empresas muito cuidado com a gestão e uma iminente necessidade de redução de gastos. Uma das formas de ajustar as contas na área de recursos humanos, reduzindo a pressão sobre o corte de postos de trabalho, pode ser a adoção do banco de horas para gerenciamento das horas extras.

Com essa ferramenta, o empregador fica livre dos custos de pagamento de horas extras aos trabalhadores, que podem ter sua jornada de trabalho flexibilizada de acordo com a necessidade do negócio. Os empregados poderão, por exemplo, ter sua jornada de trabalho aumentada em períodos de grande demanda de trabalho e compensadas com folgas extras nos períodos em que a demanda estiver menor.

Dessa forma, há benefícios tanto para o trabalhador, que possui maiores chances de manter sua empregabilidade, quanto para o empresário, que reduz custos com as horas extras e pode ajustar ritmo de trabalho em sua empresa aos movimentos do mercado.

Mas, quais são os critérios para implantação do banco de horas? Qualquer empresa pode aderir a essa ferramenta?

Segundo o advogado Eduardo Brito, especialista em questões trabalhistas, qualquer empresa, de qualquer porte, pode aderir ao uso do banco de horas, desde que essa prática tenha sido referendada em acordo coletivo pelos sindicatos que representam os trabalhadores daquele ramo de atividade.

A principal regra do banco de horas é não ultrapassar o limite de um ano (ou outro menor, estabelecido pela norma coletiva) para compensar as horas extras excedentes, como estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A ferramenta também precisa obedecer a outros princípios trabalhistas, como respeitar o limite de duas horas extras por dia de trabalho, até o máximo de 10h de trabalho diárias. ↩

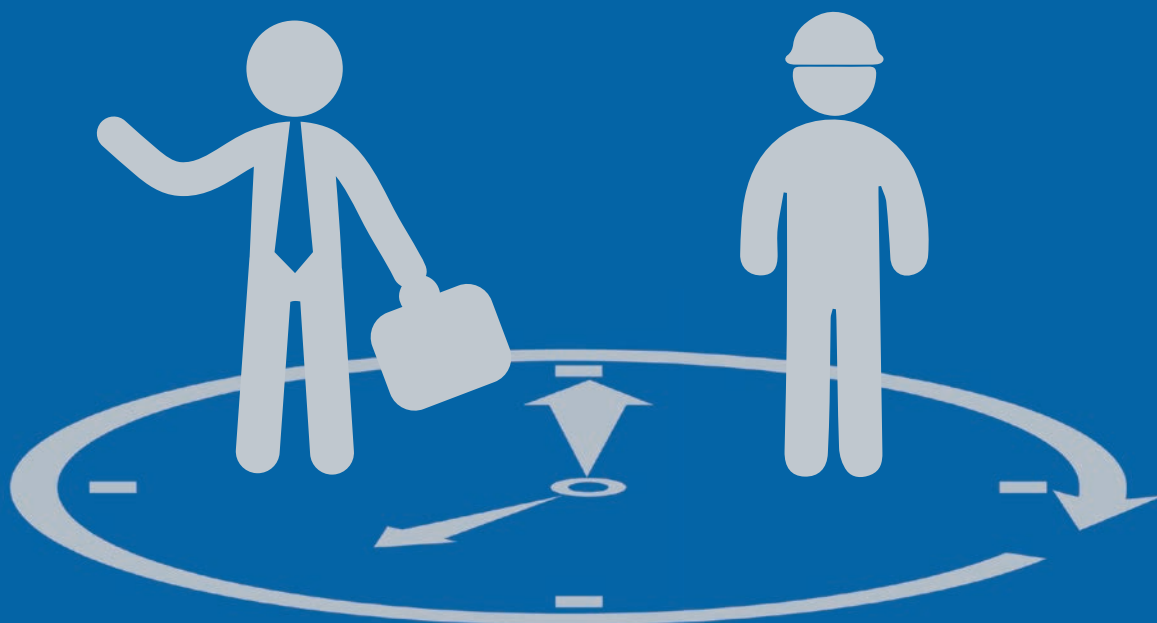
BANCO DE HORAS: O QUE É?

QUAIS AS VANTAGENS?



Banco de horas é um sistema de gerenciamento da jornada de trabalho que dispensa o pagamento de horas extras para estabelecimento de um sistema de compensação de horas com folgas, desde que cumpridos os requisitos e obedecidos os prazos legais.

Na avaliação do advogado Eduardo Brito, o banco de horas sempre será vantajoso para o empregador que cumprir com suas obrigações, em especial as de controlar efetivamente as horas compensadas e de conceder as folgas no prazo correto. “O banco de horas bem utilizado significa economia para o empregador, que pode investir no negócio os valores que deixa de pagar a título de horas extras”, afirma.

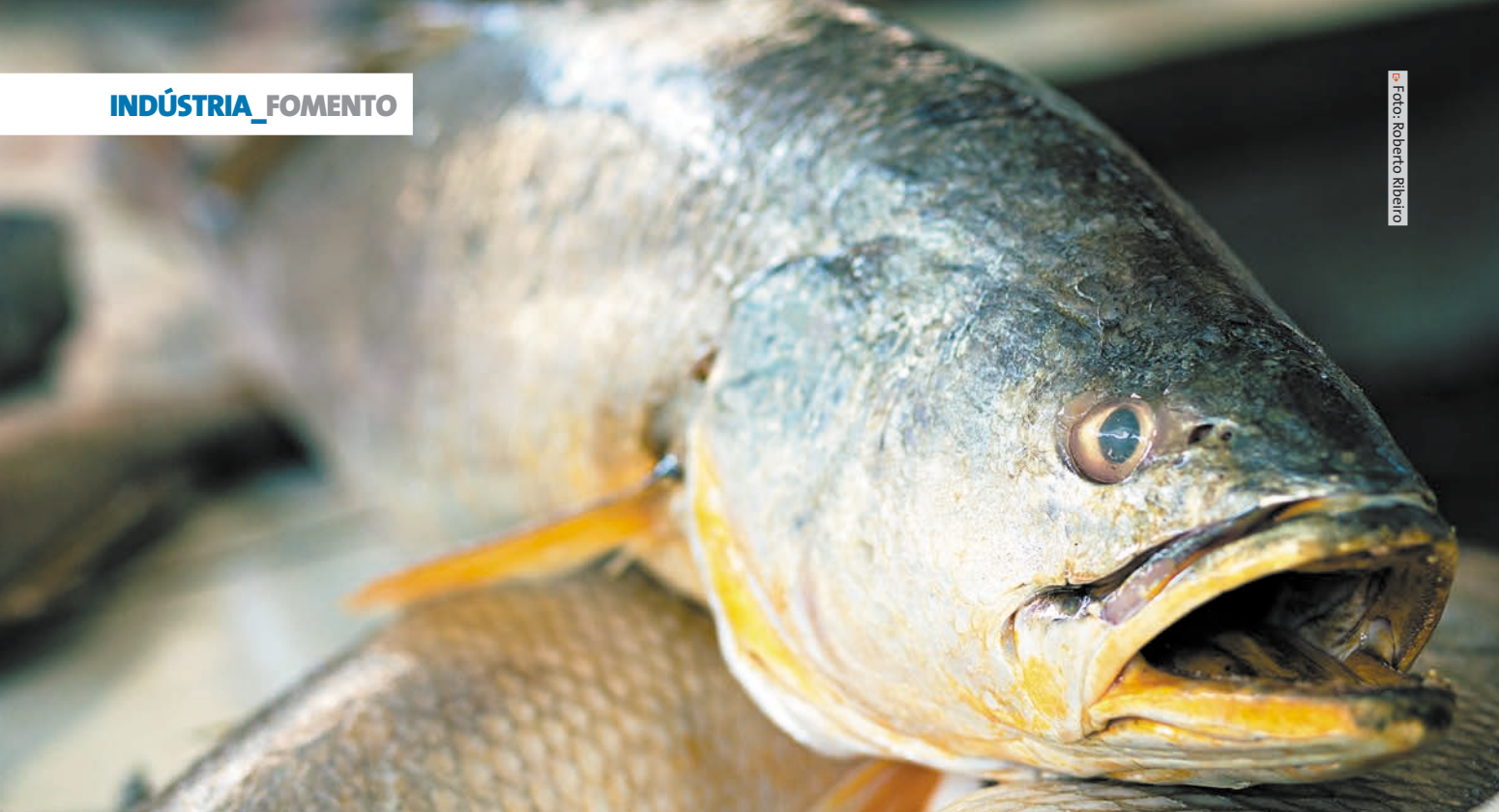


PARA O EMPREGADOR

O principal cuidado que o empregador deve ter no uso do banco de horas é o controle fiel e efetivo das horas extras realizadas e compensadas. Esse controle das horas de trabalho deve ser feito de forma clara e acessível a todos os empregados alcançados pela ferramenta. Respeitar os limites e prazos legais também é imperativo, como para qualquer outra ação de recursos humanos. O descumprimento das normas pode levar a autuação pela fiscalização do trabalho e demandas na justiça movidas pelos empregados prejudicados, pelo sindicato profissional e Ministério Público do Trabalho (MPT).

PARA O TRABALHADOR

Para se defender da possibilidade de algum abuso por parte do empregador, em relação à sua jornada de trabalho, o empregado deve exigir que o controle do banco de horas seja transparente. Conhecer os seus direitos é fundamental, principalmente quanto aos prazos de compensação de horas. Guardar os registros de pontos também é importante para o caso de ser necessária alguma ação judicial para garantia de direitos. Se o empregador não puder compensar com folgas suas horas extras antes do prazo legal, elas devem ser pagas integralmente. Fique atento e, caso se sinta lesado, procure seu sindicato ou o MPT. ↩



Na rota das cooperações

⦿ Ações têm o objetivo de potencializar setores como energia, móveis e produção de pescado

SISTEMA FIEPA EXPANDE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS INDUSTRIAIS COM PARCERIAS E CONVÊNIOS

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte deve atrair até 2020 cerca de R\$ 30 bilhões em investimentos para o Pará. Agora, com mais de 70% da construção civil completa, a Usina precisa garantir a continuidade do desenvolvimento da região onde está instalada. O planejamento de soluções que compensem os impactos da obra para os moradores locais foi uma das demandas dos órgãos fiscalizadores para que o Consórcio Norte Energia pudesse realizar a construção da usina. Por conta disso, o convênio entre o Sistema Fiepa e a Norte Energia foi ampliado para levar serviços de qua-

lificação profissional aos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu.

O convênio com a Norte Energia integra as ações de fortalecimento de parcerias da Fiepa, em 2015. O foco das iniciativas é a troca de conhecimentos e práticas que contribuam para o desenvolvimento, a gestão e a competitividade do setor industrial.

Por meio da parceria articulada pela REDES/FIEPA, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) irá ofertar cursos de capacitação para mais de 740 pessoas da região impactada pela constru-

ção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira (PA), sendo 500 vagas destinadas para moradores das áreas de reassentamento. Os cursos oferecidos serão Corte e Costura, Doces e Salgados, Manicure e Pedicure, Estética e Cabeleireiro.

Os cursos foram escolhidos por possibilitarem a geração de renda de maneira imediata. “Para as famílias reassentadas, a Norte Energia já tinha uma grade de cursos para sugerir. Fizemos mais algumas pesquisas junto com a empresa e concluímos que esses cursos podem auxiliar no desenvolvimento da região pela rapi-

dez na formação e pela facilidade de geração de renda. Até fevereiro do ano que vem, serão formadas 37 turmas em 5 municípios”, afirma Marcel Souza, diretor-executivo da Redes.

As cooperações firmadas ou ampliadas este ano têm o objetivo de estimular empreendimentos em setores como a produção de pescado, energia e móveis. Em Breu Branco, município localizado na região sudeste do Pará, assim como as outras cidades em torno do Lago de Tucuruí, a economia se destaca pelo potencial de desenvolvimento na produção de pescado em tanque-rede, especialmente de espécies como pirarucu, tambaqui e matrinxã. A região,

porém, carece de projetos e políticas públicas que permitam a verticalização da produção de pescado e o desenvolvimento dos pequenos empresários. Por isso, a Prefeitura de Breu Branco, por meio de parcerias com o Sistema Fiepa, Sebrae Pará e Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), iniciou um projeto para a construção de um frigorífico de peixes na região.

O diretor técnico do Sebrae-PA, Hugo Suenaga, esteve à frente da elaboração do estudo de viabilidade. Para ele, a construção de um frigorífico de peixes em Breu Branco é estratégica para o desenvolvimento de pequenos negócios.

“O plano do frigorífico é atender os produtores locais de pes-

cado, pois o beneficiamento do produto na própria região vai permitir o escoamento de um produto com mais qualidade. Isso vai desenvolver o setor e, consequentemente, a economia local”, relata.

O Sebrae-PA ficou à frente do estudo de viabilidade para o frigorífico. Depois da construção, o Serviço apoiará o empreendimento com gestão e consultoria, focando nos cortes e técnicas de manuseio para o beneficiamento correto do pescado. O estudo de viabilidade para a construção do empreendimento foi entregue no final de junho deste ano. A partir de agora, a Prefeitura deve encaminhar o projeto ao Ministério da Pesca, para que a construção do frigorífico ocorra em breve.

DESAFIO AO DESENVOLVIMENTO DE FORNECEDORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

No final do ano passado, o Sistema Fiepa assinou convênios com duas novas empresas mantenedoras: a Síntese Moradia e Construções e a Correias Mercúrio. As novas parcerias entraram em vigor este ano e representam desafios diferentes para a iniciativa. O convênio com a Síntese Moradia será desenvolvido durante três anos e tem como objetivo indicar e desenvolver fornecedores de sete segmentos da construção civil: portas, esquadrias de alumínio, rede de água e reservatório, projetos de drenagem e pavimentação, playground, instalações elétricas e instalações hidráulicas.

Por ser a primeira indústria do ramo da construção civil a solicitar apoio da REDES, o desafio do trabalho com a Síntese é estabelecer, quase que do zero, um banco de dados de fornecedores da Região Metropolitana de Belém e com afini-

dade com produtos para construção de imóveis residenciais. “Como nós nunca trabalhamos com fornecedores desses empreendimentos, buscar e desenvolver esse público está sendo um novo desafio. A entrada da Síntese na iniciativa REDES faz com que os nossos serviços se descentralizem do setor de mineração e encontrem novos mercados de fornecimento”, avalia Junior Lopes, coordenador de Marketing e Relacionamento da REDES/FIEPA

Já a Correias Mercúrio, empresa paulista produtora de correias transportadoras para grandes indústrias, entra como mantenedora para otimizar a instalação em Marabá, município do sudeste paraense. Para que a empresa possa atender clientes em áreas como mineração, siderurgia, construção e agronegócio, o Governo do Estado recomendou que a Correias Mercú-



rio providenciasse um plano de qualificação de fornecedores na região.

Além dos convênios com as novas mantenedoras, a REDES/FIEPA e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Pará (Sebrae-PA) trabalham em parceria para levantar e diagnosticar, até o fim deste ano, 1.500 fornecedores de micro e pequenas empresas do Pará, incluindo microempreendedores individuais. O objetivo é incluir essas empresas no banco de dados de fornecedores das indústrias parceiras da REDES/FIEPA. ➔

INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES

Em junho, o Sistema Fiepa estreitou a parceria com o Conselho Regional da Martinica, ilha francesa localizada no Caribe. O convênio entre o Pará e a ilha caribenha irá viabilizar um projeto de intercâmbio para estudantes de cursos técnicos das duas regiões com início em novembro deste ano.

Na primeira ação de intercâmbio, dez estudantes de movelaria da Martinica serão encaminhados – por meio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL-PA) - para estágio de um mês em três indústrias de Belém. Ao mesmo tempo, eles receberão cursos de aperfeiçoamento em Design e Usinagem de objetos de madeira no Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas, do Senai. Da mesma forma, dez estudantes de cursos técnicos de Turismo passarão por estágio e aperfeiçoamento em Belém, com o apoio da empresa de ecoturismo Amazônia Planet. E todos os intercambistas receberão aperfeiçoamento em língua portuguesa em uma unidade da Aliança Francesa.

Para a gerente de Relações com o Mercado do Senai, Regina Noronha, a parceria entre o Sistema Fiepa e a Martinica é mais uma ação para fortalecer as relações da ilha francesa com a região amazônica.

“A movelaria e o turismo são duas atividades econômicas fortes da Martinica e, por isso, é de interesse deles aperfeiçoar profissionais nessas áreas. Além disso, a Amazônia pode oferecer grandes oportunidades de negócios em ambas as áreas graças à nossa vocação para o turismo e a abundância da madeira disponível aqui”, conta Regina Noronha

Desde o ano passado, o Conselho Regional da Martinica também busca aproximar os laços com o Pará. Na ocasião, autoridades da ilha francesa fizeram várias visitas ao Estado para dialogar com governantes, instituições de ensino e representantes da indústria e comércio paraense. Como resultado das visitas ao Sistema Fiepa, representantes do Senai e do IEL Pará foram convidados a participar de uma feira de negócios na Martinica em abril de 2015.



COOPERAÇÕES INTERNACIONAIS FACILITAM EXPORTAÇÃO

Para auxiliar as indústrias do Pará que desejam desenvolver uma cultura exportadora, o Centro Internacional de Negócios (CIN) também conta com o apoio de convênios internacionais. Uma das ações de internacionalização de maior destaque é o AL-INVEST, projeto criado em 1995 a partir de uma iniciativa da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e da União Europeia. O objetivo do projeto é ajudar no desenvolvimento dos países da América Latina, por meio de ações de fomento à sustentabilidade econômica de pequenas e médias empresas de setores estratégicos. Por isso, o programa é coordenado por organizações latino-americanas ligadas ao setor industrial.

Ações estratégicas para a internacionalização de empresas paraenses foram possíveis graças às parcerias e, em particular, aos recursos do AL-INVEST. “Hoje, a União Europeia tem interesse em investir em empresas da América Latina. E a cooperação e troca de conhecimentos entre esses dois continentes é justamente o objetivo de programas como o AL-INVEST. Por meio desse tipo de cooperação internacional e da articulação do Sistema FIEPA, empresas paraenses têm a possibilidade de alcançar o mercado exterior”, explica Raul Tavares, gerente do CIN/FIEPA.

Entre os casos de internacionalização de empresas paraenses, a primeira exportação de mangostão do Brasil é emblemática. A negociação ocorreu em 2009, no âmbito dos programas Exporta CIN e AL-INVEST. Na ocasião, a empresa paraense Top Açaí exportou para os Es-





◉ Intercâmbio entre Fiepa e Conselho Regional da Martinica facilitará aprimoramento técnico. Na foto, Laboratório de Madeira e Mobiliária do Senai Getúlio Vargas.

tados Unidos dois containers cheios do fruto, o equivalente a 36 toneladas. Este ano, além de exportar mais três containers, a Top Açai pretende produzir e vender para o mercado exterior polpas de açai, maracujá e acerola.

No setor de móveis, o AL-INVEST possibilitou o Projeto AL-0270. A ação, coordenada nacionalmente pelo CIN/FIEPA, ocorreu durante o ano de 2013, com a participação de dez estados do Brasil e com o objetivo de desenvolver pequenas indústrias moveleiras. Em parceria com designers de móveis italianos, o CIN/FIEPA promoveu seminários e consultoria para que empresas de Paragominas fizessem a adequação de seus processos e produtos para atender o mercado internacional. Com isso, as empresas melhoraram as boas práticas de fabricação e adequaram-se para obter certificados de qualidade indispensáveis para a exportação.

Para a assessora técnica do CIN, Cassandra Lobato, o Projeto AL-0270 foi um exemplo im-

portante de internacionalização e interiorização dos serviços da Federação das Indústrias do Pará. “A interiorização dos serviços é sempre uma preocupação nossa, pois o interior do estado possui grande potencial para atrair a atenção de mercados estrangeiros. No caso do Projeto AL-0270, contamos com o apoio de consultores especializados da Itália, que é uma referência mundial em design de móveis. Então, levamos os designers italianos para Paragominas, onde existe um polo de indústrias especializadas em movelaria”, relata.

Para os próximos meses, novos programas oriundos de cooperações devem começar na Rede CIN. O novo AL-INVEST5.0 está em elaboração e terá foco no desenvolvimento sustentável de pequenas e médias empresas da América Latina a partir de 2016. Além disso, o CIN/FIEPA conta com o apoio da Enterprise Europe Network (EEN), a maior rede de informações e negócios da União Europeia. A EEN disponibiliza serviços de

OUTRA NOVIDADE É O PROJETO INSERI, UMA PARCERIA ENTRE CNI, FEDERAÇÕES DAS INDÚSTRIAS E SEBRAE. O OBJETIVO É PREPARAR, EM 1º CICLO, MIL PEQUENAS EMPRESAS PARA A INSERÇÃO NO MERCADO INTERNACIONAL ATÉ MARÇO DE 2016.

apoio à inovação e internacionalização de micro e pequenas empresas, proporcionando acesso aos mercados internacionais de países parceiros na Europa, América e Ásia. ◀

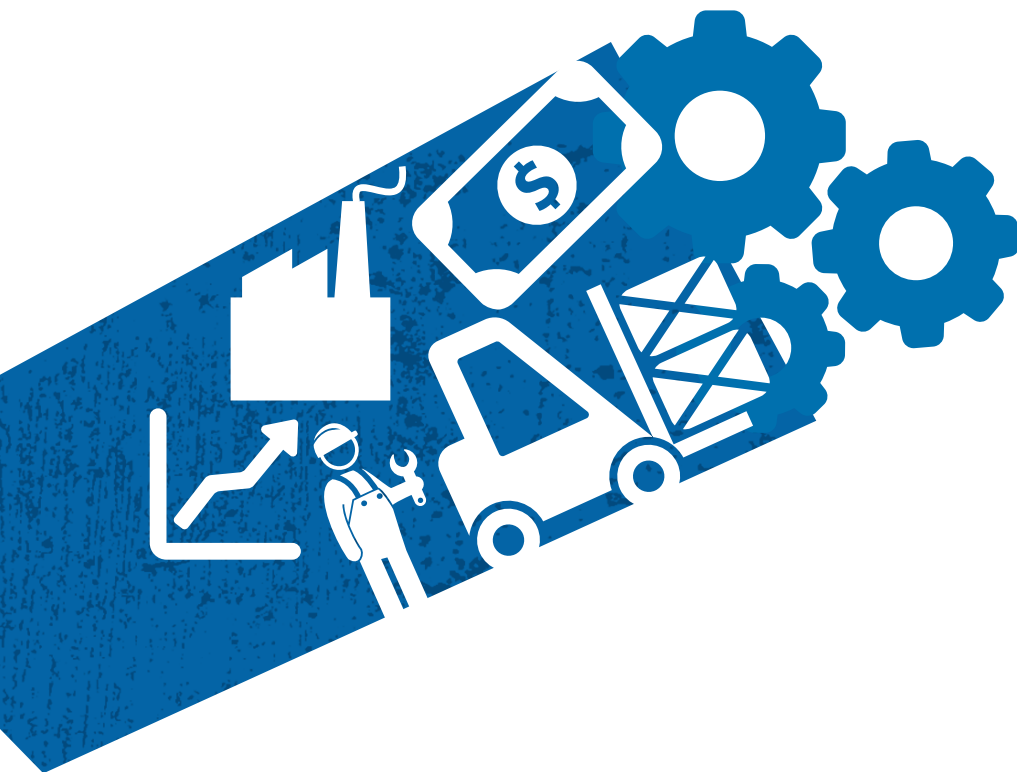


Prorrogação promete verticalizar economia

GOVERNO DO ESTADO PROMOVE MEDIDA QUE ESTENDE POR MAIS 15 ANOS BENEFÍCIOS FISCAIS PARA VÁRIOS SETORES, DOS PEQUENOS NEGÓCIOS ÀS GRANDES INDÚSTRIAS

Verticalizar a economia paraense é o objetivo mais importante da prorrogação de incentivos fiscais por mais 15 anos a vários setores produtivos instalados no Estado. O fomento aos setores diversificados da economia, incluindo pequenos e grandes negócios em desenvolvimento, assim como a atração de novos investimentos, são alguns dos possíveis resultados positivos dessa medida, de acordo com representantes de entidades empresariais paraenses.

A prorrogação dos incentivos fiscais foi aprovada na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), sancionada e regulamentada pelo governador no mês de agosto. A política de incentivos fiscais contribuiu, nos últimos quatro anos, para a criação de 35.679 empregos (até 2014), o que representa um crescimento da ordem de 32%. Entre 2011 e 2014, também houve um aumento de 60% nas compras realizadas por essas empresas no



Pará, o que corresponde ao montante de R\$ 5 bilhões em 2014. O valor recolhido pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foi, nesse período, de R\$ 520 milhões, maior que o valor renunciado anualmente pelo Estado, que gira em torno de R\$ 438 milhões.

O Fórum das Entidades Empresariais do Pará reforça o apoio à aprovação, na Assembleia Legislativa, da prorrogação do prazo dos benefícios fiscais. Para o presidente do Sistema Fiepa e do Fórum das Entidades Empresariais, José Conrado Santos, a aprovação do projeto é uma conquista importante para garantir maior competitividade às indústrias do Estado. Juntamente com sua assessoria técnica, Conrado acompanhou e contribuiu para a construção desse modelo dos projetos de lei. “Foram longos períodos de diálogo para contribuir na proposição do conceito dos critérios de conces-

são, que vão atender às demandas tanto dos novos empreendimentos quanto das indústrias que já estão implantadas, e precisam destes incentivos fiscais para ter fôlego e se manterem competitivas no mercado”, comenta o presidente.

Na opinião do empresário Carlos Fernandes Xavier, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa), a política de incentivos deve ser como uma contrapartida do Estado pelo desenvolvimento gerado pelos empreendedores.

“As maiores potencialidades naturais do Brasil e as condições climáticas favoráveis do Pará são fundamentais como vantagem competitiva para as empresas que buscam uma base no Estado. Nada melhor do que uma política de incentivos. A aprovação da prorrogação dos benefícios fiscais soma-se a esse contexto favorável e é um passo importante, que precisa avançar ainda mais”, avalia. ➔

45

**MUNICÍPIOS
COM EMPRESAS
BENEFICIADAS PELA
PRORROGAÇÃO DE
INCENTIVOS FISCAIS**

R\$ 8 BILHÕES

**RECEITA BRUTA
DAS EMPRESAS
BENEFICIADAS EM 2014**

MAIS DE

22

**ATIVIDADES
PRODUTIVAS**

**BENEFICIADAS, COMO:
PALMITO, LATICÍNIO,
ÓLEO DE PALMA,
COURO SEMIACABADO,
FERRO GUSA,
COLCHÕES, CERVEJA,
CIMENTO, EMBALAGENS
PLÁSTICAS,
REFRIGERANTES, ÁGUA
MINERAL, LATAS DE
ALUMÍNIO, PESCADOS,
MARISCOS, RAÇÃO
ANIMAL, SABONETES,
SACÓ, FIBRA, FIO, TELA,
ABATE DE SUÍNOS,
BOVINOS E CORDEIROS,
ENTRE OUTROS**



📍 Ricardo Figueiredo, diretor executivo da Alubar Metais e Cabos: concessão permite dar seguimento aos investimentos realizados no Estado

FOMENTO ALCANÇA COMÉRCIO, MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Para o presidente da Federação do Comércio do Pará (Fecomércio), Sebastião de Oliveira Campos, a prorrogação dos incentivos, indiretamente, também envolve e beneficia o setor do comércio. “Na medida em que a indústria se desenvolve, o setor de comércio, responsável pelo repasse desses produtos, também é contemplado. Os setores primário, secundário e terciário atuam de forma integrada. Por isso, quando os dois primeiros são beneficiados, o comércio também ganha”, observa.

O diretor-superintendente do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-Pará), Fabrizio Guaglianone, ressalta que a concessão de incentivos para uma grande empresa beneficia toda a cadeia de pequenos negócios em

volta dela. “São os pequenos negócios que carregam um grande crescimento na geração de empregos. Então, além dos benefícios diretos a essas empresas, que vão gerar empregos, divisas, deixando benefícios ao Estado, tem toda uma cadeia formada por pequenos negócios que também vai apresentar resultados positivos”, considera.

A medida também coloca o Pará em uma posição mais confortável na “guerra fiscal” com outras regiões pela atração de novos investimentos. “Vivemos em uma região que é cercada de outros estados que têm incentivos das mais diversas ordens e o Pará não pode ficar de fora deste processo”, diz o empresário Olavo das Neves, presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará (Faciapa).

O superintendente da Associação Comercial do Pará (ACP), Lúcio Cavalcante, considera que é preciso ir ainda mais longe. “É um grande passo que o Pará está dando com a prorrogação dos benefícios fiscais,

para o crescimento econômico e a geração de emprego e renda. E acho que precisamos evoluir ainda mais neste processo”, destaca. O presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Pará, Afonso Monteiro, espera que a política fiscal avance até beneficiar os segmentos produtivos de todos os 144 municípios paraenses. “Com incentivos, as empresas se desenvolvem mais, crescem e geram mais empregos e renda para nossa região”, conclui.

VERTICALIZAR É O CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO

A prorrogação de incentivos fiscais, aprovada no legislativo, foi pensada para promover o desenvolvimento econômico por meio da verticalização da economia paraense. “Uma das maneiras que vemos de verticalizar a nossa indústria é introduzir um processo de contingenciamento, ao longo de

São os pequenos negócios que carregam um grande crescimento na geração de empregos. Então, além dos benefícios diretos a essas empresas, que vão gerar empregos, divisas, deixando benefícios ao Estado, tem toda uma cadeia formada por pequenos negócios, que também vai apresentar resultados positivos”.

FABRIZIO GUAGLIANONE, DIRETOR-SUPERINTENDENTE DO SEBRAE

dez anos, definindo para cada período um percentual a ser industrializado no Estado, e, assim, agregar valor aos produtos ora exportados de forma *in natura*”, afirma o presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (Codic), José Severino Filho.

Com uma economia ainda marcada pela exportação de *commodities*, a indústria regional precisa diversificar suas atividades. “O ramo da transformação industrial ainda tem um peso fraco no PIB [Produto Interno Bruto] paraense. O setor mineral responde por quase um terço do nosso PIB, de R\$ 90 bilhões, com cerca de 23,5 proveniente da indústria extrativa e apenas 5% da indústria de transformação. Daí constata-se que nossa economia ainda é periférica e subdesenvolvida”, avalia José do Egypto, assessor econômico da Fiepa

Instalada no Polo Industrial de Barcarena há 17 anos, a Alubar Metais e Cabos é uma das beneficiadas por essa medida. Para Ricardo Figueiredo, diretor executivo da empresa, a concessão é uma oportunidade de continuar os investimentos realizados ao longo dos anos. “A manutenção dos benefícios para toda a cadeia do alumínio nos dá segurança para continuar nesse rumo,

aumentar a nossa capacidade de produção e diversificar a nossa linha de produtos”, diz o diretor.

Mineradora que atua com cautela no Pará, a Imerys também avalia positivamente a aprovação dos projetos, afirmando que contribui para o aumento da competitividade das indústrias locais no mercado interno e externo. “Essa redução da carga tributária significa reduzir direta e indiretamente custos na linha de produção, fazendo com que nossos produtos cheguem ao mercado com preços mais competitivos”, reforça Maurício Filho, gerente de Relações Institucionais da Imerys.

De acordo com estudos realizados pela Fiepa, o Pará deve receber, até 2020, investimentos que superam os R\$ 178 bilhões. Para José do Egypto, os recursos podem alavancar o setor produtivo, mas é preciso cautela.

“A verticalização deve ser prioridade do governo, mediante a formulação de uma política de desenvolvimento industrial, alicerçada em instrumentos e investimentos robustos, em infraestrutura econômica e social, interação cada vez maior entre a academia e o setor produtivo no fomento à geração de ciência, tecnologia e inovação aplicadas à realidade regional. ➡

MUDANÇAS

O pacote de mudanças atinge as Leis 6.915, 6.914, 6.913, 6.912 e 6.489, que dispõem sobre o tratamento tributário aplicável aos empreendimentos da agroindústria, da indústria pecuária, das indústrias em geral, da indústria pesqueira e a política de incentivos ao desenvolvimento socioeconômico do Pará. A elaboração dos projetos contou com a participação do setor produtivo, representado pelas Federações, da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefa) e da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Anualmente, serão feitas auditorias nos empreendimentos favorecidos para constatar se, de fato, o benefício é devidamente utilizado. Inovação tecnológica e sustentabilidade serão levados em conta no momento de definição do grau de isenção que será destinado a cada empreendimento. “Temos que tornar nossas empresas competitivas. Reduz-se a arrecadação, num primeiro momento, para lá na frente você arrecadar mais e em diferentes setores. O mais importante disso é conseguir gerar emprego”, diz o titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme), Adnan Demachki.

Indústria abastecida

FÓRUM PERMANENTE VAI INTEGRAR PODER PÚBLICO E INICIATIVA PRIVADA PARA ATENDER DEMANDA POR MÃO DE OBRA QUALIFICADA



Senai é uma das instituições que integram o Fórum. Experiência na formação profissionalizante, entidade apresenta oferta de cursos cada vez mais diversificada

“Temos a disposição uma rede de unidades fixas e móveis, distribuída em vários municípios do estado, utilizando estratégias flexíveis de atendimento e atuando com responsabilidade social, provendo a população das competências profissionais demandadas pelo mundo do trabalho e apoiando a competitividade da indústria paraense.”

LÚCIA PERES, DIRETORA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DO SENAI NO PARÁ



O Pará, com tantas empresas instaladas em suas regiões, oferece oportunidades aos jovens que entram no mercado de trabalho e buscam formação qualificada por meio do ensino profissionalizante ou tecnológico. Debates, iniciativas e proposições sobre esse tema integrarão o Fórum Permanente de Educação Profissional, que o Governo do Estado do Pará via Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica (SECTET) está construindo com atores locais.

“A ideia é criarmos uma articulação inédita, reunindo num espaço de diálogo setores distintos da área de educação profissional e, mesmo quando não concluirmos uma proposta ou plano, podemos ter ferramentas para buscar as soluções, compartilhando diversas visões sobre essa conjuntura, para abastecer

o mercado com a mão de obra local qualificada”, assinala Luís Blasques, diretor de Educação Técnica e Tecnológica da SECTET.

Como uma das ações para ampliar a força de trabalho paraense, está o programa Pará Profissional, que visa impulsionar a capacitação desse tipo de mão de obra.

Segundo Blasques, o objetivo principal do programa é a adequação da oferta de cursos em cada região, adaptado à realidade local e à necessidade de tempo de cada localidade.

Um dos integrantes do Fórum é o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). A instituição oferta uma variedade de cursos e dá possibilidades concretas para quem deseja iniciar uma carreira na indústria e conhecer, na prática, a rotina de uma grande empresa. Em mais de 60 anos de atuação no es-

tado, o Senai promoveu a formação de 700 mil pessoas em diversas áreas, além de participar da implantação de projetos regionais e ser parceira de empresas em programas socioeducativos. A demanda é constante e a oferta de cursos está cada vez mais diversificada.

“E, nesse contexto, o Programa Pará Profissional vai ser um direcionador ao buscar parceiros experientes para a identificação das reais necessidades do mercado e possibilitar acesso à qualificação. Com isso, ganha a população, que passa a reconhecer a importância da educação profissional para a inserção rápida no mercado, e ganham as indústrias, que passam a ter um número cada vez maior de pessoas qualificadas, contribuindo para o aumento da competitividade”, pontua Lúcia Peres, diretora de Educação e Tecnologia do Senai no Pará. ➔



CASA DE OPORTUNIDADES

Na iniciativa privada, empresas como a Imerys, mineradora que atua com caulim no Pará, criam projetos de incentivo à formação profissional. Em Barcarena, ela implantou a Casa Imerys, projeto que deu certo e já conta com duas unidades. “Planejamos os cursos da Casa levando em conta a nossa demanda e de outras indústrias locais. Assim, temos cursos como o de Operador de manutenção eletromecânica e de informática, em parceria com Senai e Microlins”, cita Clara Segón, coordenadora de Relações com a Comunidade da Imerys.

Ao término da capacitação na Casa Imerys, os participantes recebem orientações num curso específico realizado pelas psicólogas especializadas em recrutamento e seleção na empresa. “Assim, eles descobrem a vocação profissional, as suas fraquezas e fortalezas e tudo que envolve a procura do primeiro emprego: como se comportar nas entrevistas de trabalho. E, em 2016, queremos levar o projeto Bolsa de Trabalho a todas as empresas locais, para que elas utilizem a nossa base de dados com os currículos de todos os alunos formados, para utilizar em seus recrutamentos”, conclui a coordenadora da Casa Imerys.

“O ensino técnico está diretamente ligado ao setor produtivo e queremos com o Pará Profissional, implantar essa visão, abrindo outras possibilidades de horários e espaços para realizar as formações, possibilitando inclusive que, além dos Institutos Federais, como o IFPA, algumas formações ocorram dentro das próprias empresas. Assim, poderemos abastecer de forma mais qualitativa os setores que tem alta demanda, como a indústria mineral, mecânica e da construção civil, entre outras”.

LUÍS BLASQUES, DIRETOR DE EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA DA SECTET

CURSO

MARKETING DE RESULTADOS: COMO AUMENTAR SUAS VENDAS E FIDELIZAR CLIENTES



O curso visa capacitar dirigentes, empresários, sucessores e gestores empresariais de pequenos negócios, em estratégias, ferramentas e técnicas de gestão empresarial aplicáveis a seus negócios, proporcionando assim aos seus gestores uma visão global de Gestão de Marketing de resultados nas etapas do processo de venda e aumentar o número de clientes.

Inscrições abertas

Início das aulas: 15 de setembro

Mais informações:

(91) 4009-4706 / 4742 / 4745 / 4731

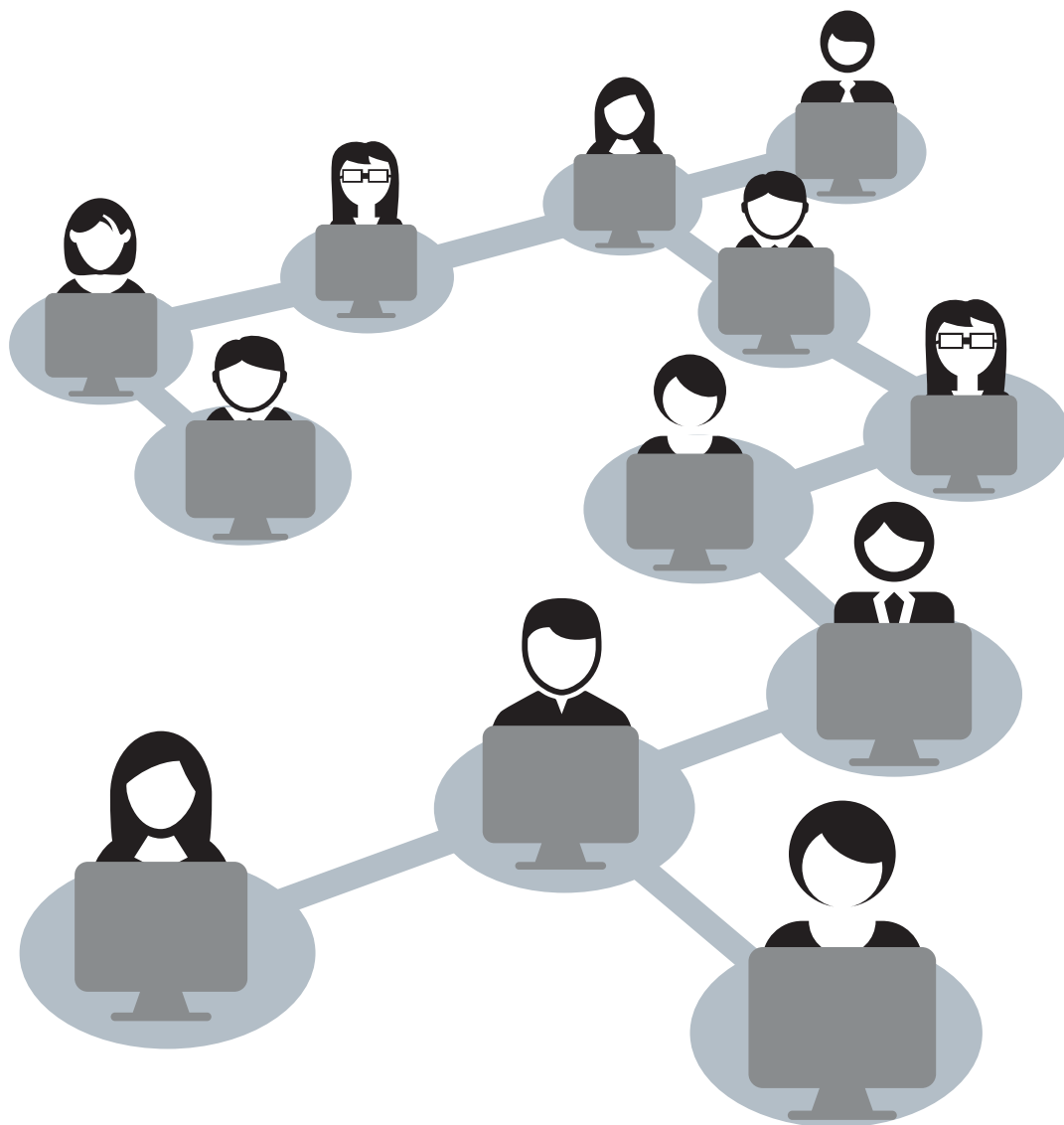
pcep@iel-pa.org.br

GE CAPACITAÇÃO
EMPRESARIAL



VIDA CORPORATIVA

EMPRESAS INVESTEM EM FERRAMENTAS VIRTUAIS PARA APROXIMAR EQUIPES E FACILITAR PROCESSOS



A forma como uma empresa gerencia a velocidade e os fluxos de informação é um fator determinante para os negócios. Agilizar e facilitar o acesso do público interno tem se mostrado um movimento natural das organizações e ferramentas como a Intranet ganham mais espaço e relevância.

Rede corporativa online, a intranet tem como principal objetivo

a centralização de informações internas de empresas, instituições e indústrias em um único local. Com isso, ela possibilita o rápido acesso de funcionários autorizados a todo o conteúdo disponível, por meio de um endereço na internet.

A camisaria Colombo, da área de vestuário masculino, utiliza a ferramenta. A empresa possui mais de 400 lojas espalhadas por

todo o Brasil e aproximadamente 3.500 colaboradores. “Antes da adoção, todos os processos eram gerenciados individualmente pelas áreas responsáveis, sem passar por um crivo central, prática que gerava conflitos”, conta Cláudio Murano, diretor administrativo da Colombo. Depois da aplicação, os processos ficaram mais rápidos e acessíveis.

“O PRINCIPAL GANHO PARA A INSTITUIÇÃO REFERE-SE AO FLUXO DE PROCESSOS DE INFORMAÇÕES DO SISTEMA: QUALQUER SOLICITAÇÃO FEITA A PARTIR DESSA FERRAMENTA E QUE, ANTES ERA FEITA MANUALMENTE, AGORA VAI TRANSITAR DE FORMA AUTOMÁTICA, DIMINUINDO CONSIDERAVELMENTE O USO DE PAPEL, FACILITANDO A RASTREABILIDADE E ESTABELECENDO TAMBÉM UM MAIOR CONTROLE DE PRAZO”.

Um dos grandes desafios de controlar e gerenciar uma empresa grande como a Colombo com o suporte da intranet é conseguir alcançar todas as áreas envolvidas. “As atividades colaboradas que a empresa precisa ter para acontecer: nossa metodologia de trabalho, documentação institucional, normas e procedimentos estão embarcadas na intranet Colombo Conecta, cujo grande diferencial é a rede social, que possibilita a interface de funcionários desde o corpo de vendas até a gerência, que tem acesso aos nossos sistemas”, complementa.

SISTEMA PRÓPRIO

Com 108 anos de história e mais de 13 mil empregados, a Hydro também possui um sistema próprio de Intranet. “A intranet faz com que as diversas áreas da empresa se mantenham informadas com os fatos ou notícias chaves que acontecem na empresa”, avalia George Harryson Pereira, analista econômico e financeiro da empresa, com unidade no município de Barcarena. “Também há uma melhora no relacionamento (interpessoal), pois apesar de nem todos os funcionários acessarem a intranet com frequência, os que acessam

acabam compartilhando as notícias divulgadas com os demais colegas de trabalho, o que gera diálogos e conversas produtivas entre as equipes”, completa.

Para George, a produtividade e o engajamento das equipes também são fortalecidos graças à divulgação de assuntos-chave na intranet, como segurança, resultados corporativos ou campanha de saúde. “Os documentos corporativos, apresentações importantes, divulgação de normas, ou seja, fatos extremamente relevantes às atividades de diversas equipes, são propagadas na empresa de maneira rápida e eficiente, gerando uma melhor produtividade, o que ratifica a importância da intranet dentro da empresa”, finaliza.

FIEPA ADOTA FERRAMENTA

Prevista para funcionar a partir de 2015, a intranet da Fiepa tem como objetivo diminuir o desgaste dos colaboradores com os tempos gastos em processos manuais e engajá-los a usar suas forças em outras atividades. “Ferramentas desse tipo, para qualquer organização, são fundamentais para a agilidade

dos processos, redução da burocracia, facilidade de comunicação entre os setores, além de uma maior transparência nos processos”, explica Carlos Gilberto Vieira, coordenador de Planejamento Compartilhado da federação.

Outro papel da ferramenta é fortalecer a aproximação dos colaboradores das instituições por meio do sistema, que inclui rede social. “Esse projeto de instalação da intranet no Sistema Fiepa servirá como um meio de comunicação entre todas as entidades que fazem parte do Sistema (IEL, SENAI, FIEPA e SESI). Será possível compartilhar os documentos institucionais, que serão visíveis a todos os funcionários, de acordo com suas competências”, conta.

Responsáveis pela configuração da ferramenta, a equipe de Planejamento Compartilhado do Sistema Fiepa terá a responsabilidade de adequá-la às necessidades da instituição. “Já estamos na finalização da consultoria prestada pela contratada e, a partir de agora, iremos liberar os processos que já estão desenhados e implantados no sistema. A nossa expectativa é que, até o final do segundo semestre deste ano, a Intranet já esteja completamente apta a ser utilizada”, completa Carlos. ➔



🕒 *Treinamentos promovidos por IEL e Sebrae focam em melhorias na gestão de micro e pequenos empreendedores*

Incentivo à qualificação dos pequenos negócios

PARCERIA ENTRE SEBRAE E IEL LEVA CAPACITAÇÃO PARA EMPREENDEDORES QUE ESTÃO LONGE DO COMANDO DAS GRANDES ORGANIZAÇÕES

Implacável, o mercado define o fim e a continuidade de qualquer negócio. Prospera quem consegue adaptar-se às mudanças, atender às expectativas de públicos cada vez mais exigentes e personalizados e se sobressair à concorrência. Para isso, é preciso preparo e investimento em qualificação, independente do tamanho do empreendimento.

Para os micro e pequenos empreendedores há caminhos para a profissionalização. O Programa de Capacitação Empresarial para Pequenos Negócios, uma parceria entre o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e

o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro Empresas (Sebrae) atende essa demanda e aprovou quatro cursos para Belém na versão 2015/2017 da iniciativa.

O IEL Pará será parceiro do Sebrae nas atividades do Programa. Juntos, eles promovem, com o apoio dos escritórios regionais, cursos destinados à melhoria da gestão de pequenos negócios. O objetivo é capacitar sucessores, dirigentes e gestores empresariais de pequenos negócios com ferramentas e técnicas de gestão aplicáveis a seus negócios, de forma sistêmica e prática, habilitando-os a se anteci-

parem às mudanças impostas pela acirrada competitividade empresarial do mercado.

“As micro e pequenas empresas vivem um momento de novas oportunidades e desafios. É tempo de mudança, inovação, concorrência acirrada e clientes exigentes. Sem dúvida, é o retrato de um ambiente de crescente competitividade que exige preparo, atenção e vontade organizacional de acompanhar o ritmo do mercado. E um dos requisitos essenciais para o sucesso do negócio é a capacitação profissional”, comenta Eliana de Cáritas Cardoso, gestora do Programa no

Pará. Os quatro cursos aprovados para o estado paraense são voltados ao atendimento de micro e pequenos empresários nos eixos Mercado, Pessoas e Processos, abordando as temáticas Marketing de Resultados e Liderança Empreendedora. “Estamos felizes com o resultado e bastante motivados com essa parceria. Tenho certeza que para as micro e pequenas empresas do nosso estado os cursos serão um *plus* com relação a competitividade do mercado”, diz Ivone Braga, técnica do Programa pelo IEL/Pará.

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

Os cursos de “Marketing de Resultados: como aumentar suas vendas e fidelizar clientes” e o de “Liderança Empreendedora” já estão sendo ofertados e os demais têm previsão para o 1º semestre de 2016. “O planejamento de marketing na gestão das empresas, independente do setor que atua, é uma forma de manter a empresa orientada ao mercado, permitindo maior interação com clientes e suas necessidades”, lembra a gestora Eliana Cardoso.

Na prática, grande parte das micro e pequenas empresas consideram o planejamento de marke-

tingo como prioridade, mas avaliam como uma necessidade exclusiva das grandes corporações. Outros criam ações com base em experiências próprias sem rumo definido e sem estratégias sólidas que possam apresentar resultados significativos. O curso de Liderança Empreendedora terá carga horária de 90 horas e possibilitará aos participantes informações de aprendizagens, visando o desenvolvimento de competências e habilidades de liderança para uma melhor atuação nas empresas e no desenvolvimento gerencial, fortalecendo os resultados empresariais.

O Programa será acompanhado pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG) do IEL Nacional e pelos Sistemas de Gestão Orientada para Resultados (Sigeor) e Sistema de Acompanhamento e Atendimento (Siacweb) do Sebrae Nacional. Isso significa que todas as etapas serão estruturadas na gestão estratégica orientada para resultados, assim como se fundamenta os projetos de atendimento. “Tal condição faz com que os recursos disponibilizados pelo convênio sejam aplicados de forma efetiva para o seu objeto e tragam resultados para a sociedade”, ressalta Lêda Magno, gerente da unidade de Capacitação Empresarial do Sebrae/Pará. ◀



No curso Marketing de Resultados, de 40 horas, que vamos oferecer, o participante pode aprender novas técnicas gerenciais que o habilitará a agir com mais competência na administração do seu negócio, a fim de aumentar a capacidade produtiva da empresa,”

IVONE BRAGA, TÉCNICA DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL PELO INSTITUTO EUVALDO LODI

AGENDE-SE PARA AS CAPACITAÇÕES

Marketing de Resultados

- ⇒ Setembro - Dias 15,17,22,24 e 29
- ⇒ Outubro - Dias 1,6,8,13 e 15

Liderança Empreendedora

- ⇒ Setembro - 23 a 26
- ⇒ Outubro - 14 a 17; 28 a 31
- ⇒ Novembro - 4 a 7; 18 a 21

SAIBA MAIS

Mais informações pelo telefones (91) 4009- 4745 ou 4731 pelo e-mail ivone.braga@iel-pa.org.br

Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Pará – Sinditec

Presidente: Flávio Junqueira Smith
(91) 3230-3721
flavio@castanhal.com.br
www.sindindustria.com.br/sinditecpa

Sindicato das Indústrias Madeiras do Vale do Acará – Simava

Presidente: Oseas Nunes de Castro
(91) 3727-1512 / 3727-1016
madeireiramaiz@hotmail.com
www.sindindustria.com.br/simavapa

Sindicato das Indústrias Gráficas do Oeste do Pará

Presidente: Antônio Djalma Vasconcelos
(93) 9121-6220
djasvascon@yahoo.com.br
www.sindindustria.com.br/sigepa

Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Pará – Sigepa

Presidente: Carlos Jorge da Silva
(91) 4009-4985 / 3241-5744
sigepa@globocom / sigepa@fiepa.org.br

Sindicato da Indústria de Confeccões de Roupas e Chapéus de Senhora do Estado do Pará – Sindusroupa

Presidente: Rita Arêas
(91) 4009-4872
sindusroupa@yahoo.com.br
www.sindindustria.com.br/sindusroupa

Sindicato da Indústria de Marcenaria do Estado do Pará – Sindmóveis

Presidente: Neudo Tavares
(91) 3212-3318
sindmouveis@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindmouveispa

Sindicato da Indústria de Azeite e Óleos Alimentícios do Estado do Pará – Sinolpa

Presidente: Antônio Pereira da Silva
(91) 4009-8000 / 4009-8004 / 3258-0001
apereira@agropalma.com.br
www.sindindustria.com.br/sinolpa

Sindicato da Ind. Metalúrgica, Mecânica e de Mat. Elétrico do Estado do Pará – Simepa

Presidente: Marcos Marcelino de Oliveira
(91) 3223-7146 / 3242-7107
simepa@simepa.com.br
mrmarcos@marcosmarcelino.com.br
www.sindindustria.com.br/simepa

Sindicato das Indústrias de Mármore e Granitos do Estado do Pará

Presidente: Ivan Palmeira Anijar
(91) 3210-8800 / 3210-8843
ivanijar@marmobraz.com.br

Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Pará – Sinpesca

Presidente: Armando José Romaguera Burle
(91) 3241-4588 / 3241-2101
sinpesca@interconnect.com.br
sinpesca@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sinpescapa

Sindicato da Indústria de Calçados do Estado do Pará

Presidente: Jaime da Silva Bessa
(91) 3224-6621
jaimebessa@hotmail.com

Sindicato da Ind. de Madeira de Jacundá – Simaja

Presidente: Jonas de Castro
(94) 3345-1224 / 3345-1186

Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Pará – Sinduscon

Presidente: Marcelo Gil Castelo Branco
(91) 3241-4058 / 3212-0132 / 4009-4988 / 3241-3763
secretaria@sindusconpa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindusconpa
www.sindusconpa.org.br

Sindicato da Ind. de Serr., Carp. Tan. Mad. Compensadas de Marabá – Sindimar

Presidente: João Batista Corrêa Filho
Rua Nagib Mutran, 395 – Cidade Nova
68501-570, Marabá (PA)
www.sindindustria.com.br/sindimarpa

Sindicato da Indústria de Panificação do Estado do Pará – Sippa

Presidente: Elias Pedrosa
(91) 3222-5140 / 3241-1052
sippa@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sippa

Sindicato da Ind. Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Construção e Região Norte e Nordeste – Simenepa

Presidente: Nelson Tauro Oyama Kataoka
(91) 3721-3835 / 3711-0868
simenepa@hotmail.com / delegaciastanhal@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/simenepa

Sindicato da Indústria da Construção Naval do Estado do Pará – Sinconapa

Presidente: Fábio Ribeiro de Azevedo Vasconcelos
(91) 3224-4142 / 4009-4981
fabio.sinconapa@fiepa.org.br / sinconapa@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sinconapa

Sindicato da Indústria de Bebidas do Estado do Pará

Presidente: Juarez De Paula Simões
(91) 3201-1500 / 3201-1508
juarez.simoos@gruposimoos.com.br
www.sindindustria.com.br/sindbebidaspa

Sindicato da Indústria de Serr. Tan. Mad. Comp. de Mad. de Paragominas – Sindiserpa

Presidente: Mario Cesar Lombardi
(91) 3011-0053
sindiserpa@nortnet.com.br
www.sindindustria.com.br/sindiserpa

Sindicato da Indústria de Palmitos do Estado do Pará – Sindipalm

Presidente: Fernando Bruno C. Barbosa
(91) 3225-1788 / 4009-4883
sindipalm@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindipalm

Sindicato da Ind. de Benef. de Arroz, Milho, Mand. Soja, Cond. e Rações Bal. do Estado do Pará

Presidente: Paulo Roberto Mendes
(91) 3222-0339
moinhoesperanca@hotmail.com

Sindicato da Indústria de Olaria Cerâmica para Construção e de Artefatos de Cimento a Armado do Estado do Pará – Sindolpa

Presidente: Lisio dos Santos Capela
(91) 3241-0349
lscapela@gmail.com

Sindicato da Indústria de Madeira de Tucuruí e Região – Simatur

Presidente: Angelo Colombo
simatur@mcoline.com.br

Sindicato da Ind. de Preparação de Óleos Vegetais e Animais, Sabão e Velas do Estado do Pará

Presidente: Luiz Otávio Rei Monteiro
(91) 3204-1400/1401 / 3204-1430
smdist@amazon.com.br
vendas@grupostamaria.com.br

Sindicato da Ind. de Produtos Químicos, Farm. e de Perfumaria e Artigos de Toucador do Estado do Pará – Sinquifarma

Presidente: Nilson Monteiro De Azevedo
(91) 3241-8176 / 4009-4876
nilson@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sinquifarmapa

Sindicato das Indústrias de Biscoitos, Massas, Café (Torrefação e Moagem), Salgadinhos, Substâncias Aromáticas, Doces e Conservas Alimentícias, Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Pará

Presidente: Helio De Moura Melo Filho
(91) 3711-0868
siapa@linknet.com.br / helio@hileia.com.br
www.sindindustria.com.br/siapa

Sindicato da Agroindústria Tabageira do Estado do Pará – Saitepa

Presidente: José Joaquim Diogo
(91) 4009-4871
www.sindindustria.com.br/saitepapa

Sindicato da Ind. de Serr. Tan. de Mad. Comp. e Lam. de Belém e Ananindeua

Presidente: Cezar Remor
(91) 3242-4081 / 4009-4878 / 3242-7342
sindimade@sindimade.com.br
www.sindindustria.com.br/sindimadpa

Sindicato da Carne e Derivados do Estado do Pará – Sindicarne

Presidente: Dalberto Ulliana
(91) 3225-1128 / 4009-4886
sindicarnepa@sindicarne-pa.com.br
www.sindindustria.com.br/sindicarnepa

Sindicato da Indústria Madeireira de Dom Eliseu – Símade

Presidente: Rogério Bonato
(91) 3335-1142

Sindicato da Indústria Cerâmica de São Miguel do Guamá e Região – Sincider

Presidente: Antônio Aécio Miranda
(91) 3446-2564 / 3446-1184
sicomsmsg@hotmail.com
www.sindindustria.com.br/sicompa

Sindicato da Ind. Madeireira e Moveleira de Tailândia – Sindimata

Presidente: João Batista Medeiros
(91) 3752-1233 / 3752-1309
sindimata@lidnet.com.br
www.sindindustria.com.br/sindimatapa

Sindicato da Ind. da Construção e do Mobiliário de Castanhal

Presidente: Roberto Kataoka Oyama
(91) 3721-3835 / (91) 3711-0804
delegaciastanhal@fiepa.org.br / regina.cast@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sicmcpa

Sindicato da Ind. de Serraria, Tanoaria de Madeiras Compensadas e Laminados do Arquipélago do Marajó – Simmar

Presidente: Deajar Francisco De Oliveira
(91) 3783-1228
org.contabeis@bol.com.br
www.sindindustria.com.br/simmarpa

Sindicato da Ind. de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Pará – Sindirepa

Presidente: André Luiz Ferreira Fontes
(91) 3254-5826 / 3244-8844
tecnover2@yahoo.com.br
www.sindindustria.com.br/sindirepa

Sindicato da Ind. de Frutas e Derivados do Estado do Pará – Sindifrutas

Presidente: Solange Motta
(91) 3212-2619
sindifrutas@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindifrutasp

Sindicato da Ind. de Madeira do Baixo e Médio Xingu – Simbax

Presidente: Renato Mengoni Junior
(93) 3515-3077
simbaxaltamira@yahoo.com.br

Sindicato das Indústrias de Ferro-gusa do Estado do Pará – Sindiferpa

(91) 3241-2396 / 2347 / 4009-4884
anaclaudia@sindiferpa.com.br
www.sindindustria.com.br/sindiferpa

Sindicato das Indústrias Mineraias do Estado do Pará – Simineral

Presidente: José Fernando Gomes Junior
(91) 3230-4066
presidencia@simineral.org.br
www.sindindustria.com.br/simineraispa

Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado do Pará

Presidente: Frederico Vendramini Nunes Oliveira
(94) 3322-1953
sindiletepa@hotmail.com
www.sindindustria.com.br/sindiletepa



Local funcionará para incentivar a formação de novos negócios e como centro de palestras e conferências

SENAI Cameté amplia acesso à capacitação profissional

O Centro Integrado de Educação Profissional do Senai está presente em Cameté desde 1982 e já capacitou quase 10 mil pessoas para o mercado de trabalho, contribuindo decisivamente na geração de oportunidades para a população local.

Para otimizar mais o seu atendimento, a instituição passa por investimentos estratégicos com obras de ampliação e revitalização, que serão entregues em setembro. Com as reformas, a capacidade instalada será ampliada em aproximadamente 40%, com acréscimo de mais 500 alunos/ano matriculados. Para isso, foram construídas novas salas de aulas e cinco novos laboratórios voltados para as áreas de alimentos, confecção industrial, eletrônica, automação e informática.

Com as mudanças, o Senai Cameté se atualiza profissional e tecnologicamente, criando um ambiente favorável para que mais empreendimentos se instalem no município e nos arredores, poten-

cializando também o fomento da atividade industrial. “Com a educação profissional, ganha quem se qualifica e também todo o Estado, já que você melhora a competitividade, organiza melhor o mercado de trabalho e amplia a possibilidade de mobilidade social como acontece nos países desenvolvidos. Com esses investimentos, queremos expandir a capacitação de pessoas e potencializar a atividade industrial em Cameté e nos municípios vizinhos”, destaca o diretor regional do Senai, Gerson Peres.

Os investimentos não param por aí. A instituição também prevê a criação de um auditório com capacidade para 200 pessoas em terreno, doado pela Prefeitura Municipal, anexo à escola. O objetivo é que o local sirva de espaço indutor para novos negócios, palestras e conferências, levando ao município um centro de reunião de excelência. É o Senai contribuindo para o desenvolvimento da indústria e ampliando oportunidades em Cameté. ➡



Gerson Peres, diretor regional do Senai Pará

O CAMINHO PARA CONSTRUIR UMA ECONOMIA FORTE ESTÁ MAIS PERTO DO QUE VOCÊ IMAGINA



★ **COMPROU NO
PARÁ, LUCROU**

FIEPA: Unindo quem produz e quem compra, sem sair do Pará.

No Pará é assim: as melhores oportunidades de lucrar estão bem do nosso lado. Comprar e produzir no Pará é sempre o melhor negócio: fortalece o comércio e a indústria, melhora a arrecadação, gera empregos e o dinheiro circula dentro do estado. Os produtos chegam mais rápido, a confiança é maior e os impostos que você paga voltam em benefícios para a população. Muitos descobriram as vantagens de comprar no Pará, até quem não é daqui. Empresas nacionais responsáveis por grandes projetos no estado já compram mais da metade dos seus produtos de fornecedores paraenses, estimuladas pela iniciativa FIEPA/REDES. Este número pode crescer ainda mais. Escolha produtos paraenses para sua empresa, sua casa, seu município. Informe-se e comece a lucrar. Vamos juntos fortalecer a economia do Pará. Comprou no Pará, lucrou.



Uma iniciativa da Indústria Paraense